UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“ JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Presidente Prudente

PEDRO HENRIQUE LOPES

Parque do Monjolinho

Monografia apresentada à disciplina Trabalho Final de Graduação – TFG , do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT UNESP.
Orientação: Prof.ª Drª Arlete Maria Francisco
Coorientação: Prof. Dr.º Márcio José Catelan

Presidente Prudente, 2016

Dedico este trabalho aos meus pais, Ademir e Audrea, que desde criança me ensinaram a nunca desistir dos meus sonhos e buscar sempre o melhor em mim.

Agradeço,

Aos meus pais, por todo o apoio e incentivo, até nos momentos em que não puderam estar comigo fisicamente. E ao meu irmão Bruno, que mesmo longe sempre buscou me ajudar e a entender nossa família louca como ninguém.

A Arlete Maria Francisco pelos ensinamentos ao longo de toda a graduação, e pela orientação deste trabalho e ao Márcio José Catelan por todos os conselhos de vida e pela coorientação deste trabalho. Sem esses dois professores não teria concluído minha graduação.

A Ana, Marcos, Nathalia e Thelma do escritório MVA, que ao longo de um ano e meio de estágio me permitiram conhecer o mundo da arquitetura fora das salas de aula e me deram suporte nessa fase final do curso.

Aos amigos que fiz aqui, os quais criaram a minha família prudentina. Em especial a: Amanda Ellen, por tornar os momentos difíceis mais divertidos, Bagaça que desde o primeiro encontro nos tornamos amigos de longa data, Felipe, por toda a compreensão e dramas compartilhados ao longo de todos estes anos, Jaca por estar comigo lada a lado desde o primeiro momento aqui, a Nati por tornar nossa casa um lar e sempre me colocar pra cima, e a Priscila por toda a sintonia, por ter me dado apoio em tudo e por ser louca junto comigo desde que nos conhecemos.

SUMÁRIO

1. Introdução 06
2. Ourinhos 08
   2.1. Breve Histórico 08
   2.2. Áreas Verdes 10
   2.3. Atividades de Lazer e Esportes 17
   2.3.1. Enquetes 19
   2.4 Vazios Urbanos 21
3. A área 24
   3.1. Histórico e contextualização 24
   3.2. O entorno 29
4. Análise Urbana 32
   4.1. Vias 32
   4.2. Quadras 34
   4.3. Lotes Ocupados 36
   4.4. Uso e Ocupação 37
   4.5 Vegetação Urbana 39
5. Discussão Teórica 43
   5.1. Os Vazios Urbanos e a Função Social da Propriedade 43
   5.2. Áreas de Proteção Permanente 47
   5.3 Espaços Públicos na Cidade Contemporânea 51
6. Estudos de Caso 55
7. Diretrizes de Projeto 64
8. Projeto 71
9. Considerações Finais 81
10. Referências 82
11. Apêndices 87

RESUMO

O presente trabalho consiste na apresentação de um projeto de requalificação urbana para uma área da cidade Ourinhos, partindo do conceito de que esta se enquadra como um vazio em meio a malha urbana.

Através de estudo das problemáticas do local e analisando os fatores históricos de formação do município e as relações que a população possui com a área, este projeto busca a requalificação da paisagem, tornando-a clara e legível, de modo que passe a fazer parte do cotidiano popular.

Deste modo a ocupação do vazio urbano com a criação do Parque do Monjolinho é uma forma de transformar o local em um espaço público aberto, uma nova área verde para a cidade de Ourinhos, de modo a requalificar as margens do córrego Monjolinho, que atualmente encontra-se canalizado.

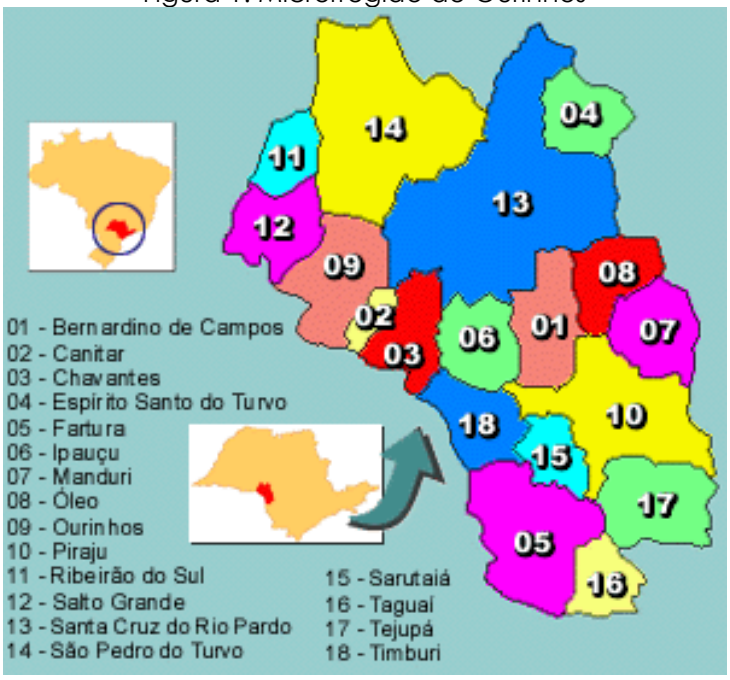
Palavras-Chave: Vazio Urbano; Espaço Público; Córrego Urbano; Área de Proteção Permanente.

1 Introdução

Partindo da vivência da cidade de Ourinhos, por boa parte da vida, a ausência de um grande espaço público que funcionasse como local de encontro e trouxesse contato com a natureza, como outras cidades possuem, a problemática torna-se objeto de interesse do autor para a realização deste Trabalho Final de Graduação.

Ourinhos se configura como um município do interior paulista, distante 370 km da capital do estado. Segundo IBGE (2014), a população estimada do município é de 109.489 habitantes e apesar de não ser uma cidade grande, se configura como a maior de sua microrregião, criando relação de dependência destas cidades com Ourinhos.

Figura 1: Microrregião de Ourinhos



Fonte: CityBrazil, 2015.

A cidade apresenta algumas opções de lazer, como clubes, feiras, bares e espaços de cultura e arte, porém, as atividades não são suficientes para toda a população. Também, Ourinhos, é carente de espaços públicos e principalmente de locais que proporcionem o encontro, o que é constado por moradores da cidade e da região.

Em contrapartida, a malha urbana apresenta grande quantidade de vazios. Estes espaços, chamados também de "não lugares" (DITTMAR, 2006), são áreas desocupadas que geram aspectos negativos para os moradores de seu entorno.

Partindo de conhecimentos prévios e do diagnóstico das problemáticas e potencialidades do município, onde foi realizada análise das áreas verdes, e dos espaços públicos chegou-se na conclusão de que um parque urbano seria o objeto que atrairia os mais diversos usuários.

Então foram levantados alguns vazios urbanos e realizada análise para definição de qual seria o mais adequado para esta finalidade, chegando assim, no vazio onde atravessa o Córrego do Monjolinho. Área que se configura como um dos maiores vazios urbanos de Ourinhos. Partindo das definições de Dittmar (2006), este se enquadra como um vazio urbano físico, um espaço subutilizado, com elevada quantidades de glebas.

Com a criação do Parque do Monjolinho pretende-se então, aliar essas duas problemáticas existentes na cidade de Ourinhos: a deficiência de espaços públicos que proporcionem o lazer e o encontro entre as pessoas, e a qualificar um vazio urbano que acarreta em aspectos negativos para a área de seu entorno, gerando um novo uso, do qual a cidade possui certa deficiência.

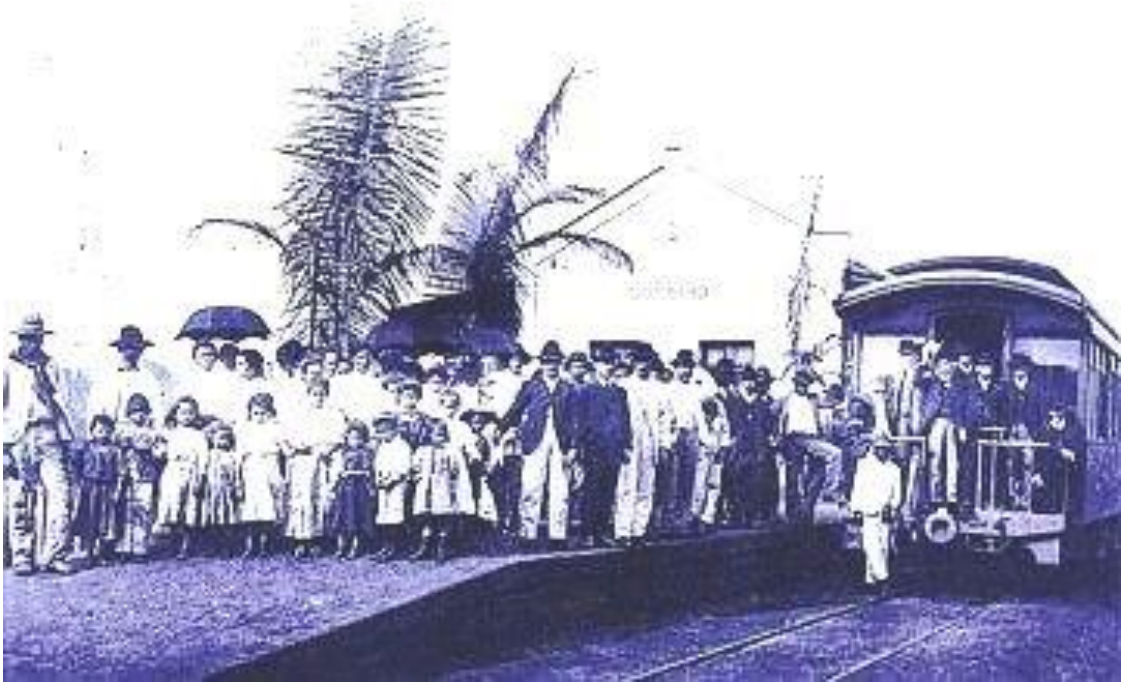
2 Ourinhos

2.1 Breve Histórico

A formação de Ourinhos, assim como das demais cidades localizadas nas terras de florestas derrubadas às margens do Rio Paranapanema, surge com a expansão da produção de café para o interior do estado de São Paulo, avanço este que foi possível com a presença da mão de obra do colono italiano (IBGE, 2015).

A área central da cidade foi loteada por Jacintho Ferreira de Sá, vindo de Santa Cruz do Rio Pardoeem1906, dá-se início à um povoado com poucas unidades habitacionais. Dois anos depois é criado o Posto da Estrada de Ferro, quando o primeiro trem passa pela região (Figura 2), até que em 1912 foi transformado em estação. A partir daí, teve desenvolvimento condicionado à sua excelente condição geográfica. De pequeno povoado torna-se Distrito da Paz e em 13 de Dezembro de 1918 é emancipado a elevado à categoria de município (IBGE, 2015).

Figura 2:O trem inaugural chega a Ourinhos, no final de 1908



Fonte: Estações Ferroviárias, 2015

O crescimento da cidade está atrelado ao entroncamento das duas ferrovias, que a partir de 1924 com a criação de uma nova linha, da Companhia Ferroviária São Paulo- Paraná, que ligava os dois estados, tornava a cidade um importante ponto do eixo de transporte ferroviário da época, como possível ver na Figura 3. (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS, 2015).

Figura 3:Vista aérea de Ourinhos em 1940, onde é possível ver a presença das duas linhas ferroviárias na malha urbana



Fonte: Memórias Ourinhenses, 2015.

Até o final dos anos 40, a principal atividade econômica do município era agrícola, principalmente a produção de café e algodão, contudo apresentava também atividades de olaria, além do setor de serviços, porém, estas atividades possuíam menor importância econômica (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS, 2015).

A partir da década de 50, o quadro econômico de Ourinhos se altera e a produção canavieira passa a ser a principal atividade. A Usina São Luís, produtora de álcool e açúcar, é instalada no município. Além disso, unidades de distribuição de derivados de petróleos e combustíveis de

empresas como a Ipiranga, Shell, Esso, Petrobrás (álcool), se instalaram na cidade pela sua localização, e pela dinâmica de mobilidade. Conjuntamente nesse período outras indústrias começaram a se instaurar em Ourinhos: Indústria e Comércio Marvi (1953), Caninha Oncinha (1958), Colchões Castor (1962) e Café Jaguari (1962), originárias, pelo menos em parte, do capital local (BOSCARIOL, 2008).

Desde então, a economia ourinhense se mantém baseada principalmente na agroindústria e nas atividades do setor de comércio e serviços, que abastece as cidades menor da microrregião devida à proximidade e facilidade de acesso.

Buscando a compreensão da dinâmica das práticas de lazer para os moradores do município e região, foi realizado levantamento, através de notícias em jornais locais, páginas da internet e com as informações cedidas pela Prefeitura Municipal de Ourinhos, das opções de atividades cotidianas que apresenta: as áreas verdes e as atividades de recreação.

2.2 Áreas Verdes

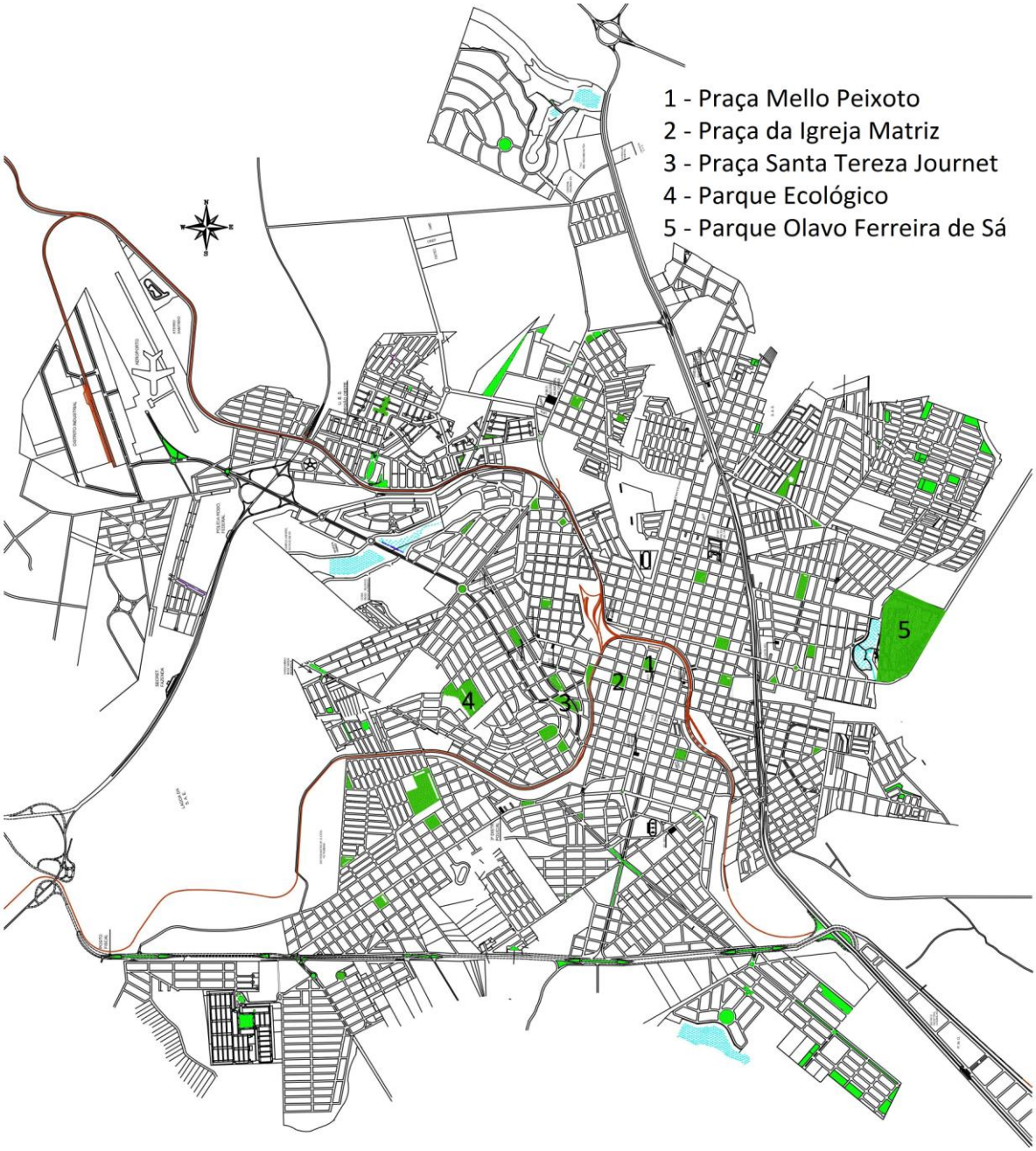
Através do mapa do levantamento de áreas verdes da cidade (Figura 4), obtido pela Prefeitura Municipal de Ourinhos, pode-se notar aparentemente que a quantidade de espaços verdes na cidade é representativa.

Entretanto, em relação aos índices de áreas verdes em meio à malha urbana, é importante comentar que está difundida e arraigada no Brasil à assertiva de que a ONU, ou a OMS, ou a FAO, considerariam ideal que cada cidade dispusesse de 12 m² de área verde por habitante." (CAVALHEIRO&DEL PICCHIA, 1992).

O índice considera apenas as áreas verdes voltadas para recreação, praças e parques da cidade, Ourinhos possui então 5,32 m² de áreas verdes por habitante, realizando o cálculo do índice com a população estimada

pelo IBGE para 2014, de 109.489 habitantes. O índice indica que a proporção de áreas verdes por morador do município está muito inferior do ideal de 12 m²/hab. indicado pela OMS.

Figura 4: Praças e parques da cidade de Ourinhos



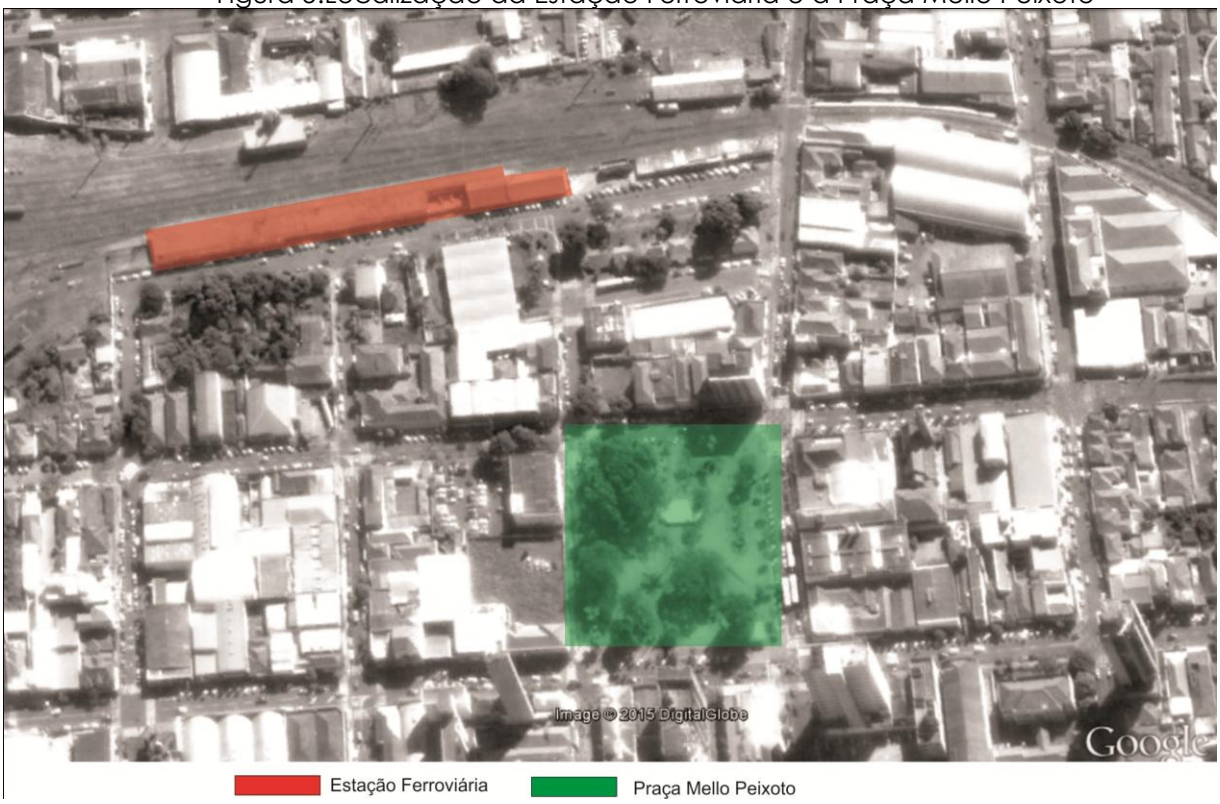
Fonte: Elaboração pela prefeitura Municipal de Ourinhos, modificado pelo autor, 2015.

Sobre as praças da cidade, nota-se que estas, possui na maioria, alcance local, tendo sua maior utilização em períodos onde ocorrem

eventos, como cultos religiosos, ou venda de lanches e salgados. Havendo destaque para três praças que são frequentadas por pessoas de toda a cidade: a Mello Peixoto, a praça da Igreja Matriz (catedral do município) e a Santa Tereza Journet, indicadas pelos números 1, 2 e 3 da figura 4.

A Praça Mello Peixoto, localizada na área central da cidade, foi o primeiro espaço público de Ourinhos. Enquanto o transporte ferroviário era utilizado não apenas para o transporte de carga, mas também para o de pessoas, era conhecida como "Praça da Estação", devida sua proximidade com a mesma, servindo de Praça Municipal era recepção para quem chegava no município pelo trem (Figuras 5, 6 e 7).

Figura 5:Localização da Estação Ferroviária e a Praça Mello Peixoto



Fonte: Google Earth, modificado pelo autor, 2015.

Figura 6: Praça Mello Peixoto no início da década de 1940.



Fonte: Memórias Ourinhenses, 2015.

Figura 7: Praça Mello Peixoto atualmente



Fonte: Autor, 2015.

Atualmente, a Praça possui o maior número de usuários durante todo o período em que as atividades comerciais encontram-se em funcionamento, por conta de sua localização. É o maior ponto de encontro dos ourinhenses e palco de eventos de escala municipal, como o Festival de Música, Teatro e Dança, shows, eventos natalinos, comemoração de carnaval, desfiles, entre outros.

A praça da Matriz, localizada também na área central da cidade, é caracterizada pela presença da Catedral da cidade. Sua construção teve início no final da década de 1930, e até hoje mantem-se o grande fluxo de usuários (Figura 8).

Figura 8:Vista aérea da Praça da Catedral em 1940



Fonte: Memórias Ourinhenses, 2015.

Já a Praça Santa Tereza Journet, é conhecida como Praça dos Skatistas. O local, como o próprio nome indica, conta com equipamentos voltados para a prática de skateboard, sendo atrativo para população de

toda a cidade, e também da região, pois o espaço já sediou diversas competições da modalidade (Figura 9).

Figura 9: Praça da Santa Tereza Journet – "Praça dos Skatistas" em dia de competição de skateboard



Fonte: Diário de Ourinhos, 2012.

A respeito dos parques existentes em Ourinhos, há na cidade dois parques: Parque Ecológico Bióloga Tânia Mara Netto Silva (Horto Florestal) e o Parque Olavo Ferreira de Sá, indicadas pelos números 4 e 5 no mapa de localização das praças e parques da cidade.

O primeiro, apresentado nas Figuras 10 e 11, é a principal reserva ambiental da cidade onde está sendo preservado o último trecho de mata atlântica nativa. O parque ecológico tem, além da reserva de mata atlântica com árvores típicas e frutíferas, conta com mudas para doação (projeto adote este broto), relógio de sol, animais, horta comunitária, trilha,

cursos de água e casa de boneca, como atrativo para seus usuários. Seu maior público alvo e objetivo são escolas que levam seus alunos para integração com a natureza a educação ambiental.

Figura 10: Entrada do Parque Ecológico pela rua Pedro Silvrestrini



Fonte: Autor, 2015.

Figura 11: Entrada do Parque Ecológico pela rua Pedro Silvrestrini



Fonte: Hoje São Paulo, 2012.

O segundo (Figura 12), é caracterizado como Recinto de exposições, por ser o local onde ocorre a Feira Agro Industrial de Ourinhos (FAPI) entre outros eventos, como casamentos, festas noturnas, feiras e formaturas. Apesar de possuir atrativos como trilha de caminhadas, lagoas e espaço de recreação, seu maior uso se dá para os eventos que ocorrem na cidade.

Figura 12: Parque Olavo Ferreira de Sá durante a realização da FAPI



Fonte: Hoje São Paulo, 2012.

2.3 Atividades de Lazer e Esportes

Ao tratar de lazer, Ourinhos se destaca nos aspectos esportivo e cultural.

No âmbito dos esportes, o destaque é para o basquete feminino, desde 1994 a prática é patrocinada e incentivada pela prefeitura. A cidade é conhecida como capital do basquete feminino, pentacampeão do

campeonato nacional, com aulas de prática do esporte abertas para toda a população, com a intenção de manter a continuidade do time.

Sobre as práticas culturais, a cidade se faz como referência nacional, por suas escolas municipais de danças, teatro e música. Havendo anualmente o Festival de Música, Dança e Teatro, com uma semana de atividades que atraem a população de toda a região.

Quando se trata de atividades de lazer cotidianas, estas se concentram em atividade como clubes, feiras, bares e espaços de cultura e arte. E embora apresentem certa diversidade, não abrangem toda a população da cidade, e também da região.

A seguir, o levantamento das atividades que a cidades oferece (Quadro 1):

Quadro 1:Atividades de Lazer em Ourinhos

Clubes	Cultura e Arte	Feiras	Recreação	Esportes	Bares	Boates
Ourinhos Tênis Clube	Teatro Municipal Miguel	Feira Livre - alimentos	100% Video locadora	Centro Esportivo (Monstrinho)	Jacaratiá Show Bar	Akazala
AABB (Banco do Brasil)	Núcleo Popular de Arte	Feira Livre - "feira do rolo"	MMC Cinemas	Kart Clube do Ourinhos	Cachaçaria Água Doce	Sky Club
Esporte Clube Banespa - Banespinha	Centro Cultural Tom Jobim (Escola Municipal de Música e Escola Municipal de Bailado)	Feira da Lua	Parque Ecológico Municipal "Bióloga Tânia Mara Netto Silva"		Mallibu Chopperia	Lelui Hall
Clube Balneário Diacuí	Centro de Convivência Jornalista Benedicto da Silva Eloy				Boteco JH	
Aero Clube de Ourinhos	Museu Municipal Histórico e Pedagógico de Ourinhos				Liverpool Chopperia	
Clube Atlético Ourinhense					Mexican Music Bar	
Sesi de Ourinhos					London Bar	
Centro Social e Urbano - CSU						

Fonte: Informações – Prefeitura Municipal de Ourinhos, 2015.

Elaboração da tabela: Autor

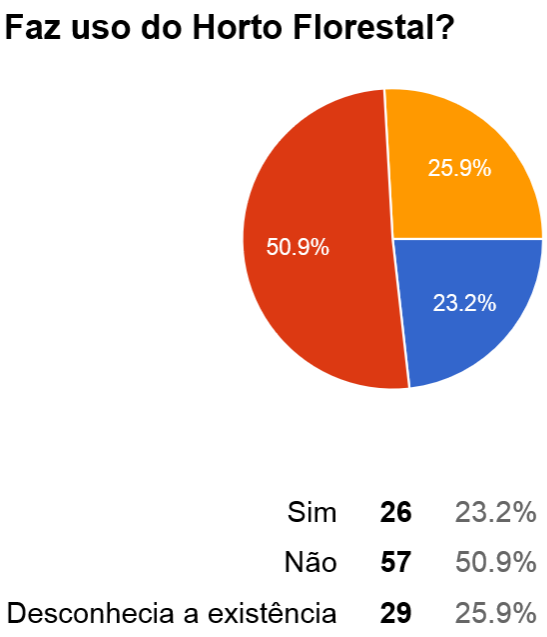
2.3.1 Enquetes

Partindo deste levantamento então, foi aplicada, uma enquete a respeito dos espaços públicos e atividades de lazer do entorno. A enquete foi elaborada pelo autor e publicada como formulário do Google, pelo Google Drive, e divulgada pelas redes sociais, buscando atingir moradores de Ourinhos e região.

A enquete foi respondida por 112 pessoas, dos quais 75 eram residentes de Ourinhos e o restante de cidades da região. A maioria dos que responderam, afirmaram não achar suficientes as atividades de lazer (91,1%) e não fazer uso de nenhum dos clubes (69,6%), que aparecem como o maior número de equipamentos de lazer da cidade.

Quando perguntado a respeito do Horto Florestal, o resultado obtido foi interessante, como mostra o gráfico a seguir:

Figura 13: Gráfico com resultados tabulados à respeito do Horto Florestal



Fonte: Elaboração do autor, através do Google Drive.

Nota-se que a maioria não frequenta o parque, e que o segundo maior percentual de respostas, desconhece a existência do local. Estes resultados

nos levam a duas interpretações, a primeira de que as atividades que o parque oferece não são de uso cotidiano de modo a atrair a população para o local com frequência, e a segunda, que sua divulgação não tem sido eficiente para atrair novos usuários.

A maior parte dos que responderam à enquete praticam atividades físicas e esportes regularmente como: academia, caminhada, corrida, ciclismo, dança, futebol, vôlei, entre outros.

Visando a utilização dos parques da cidade, sendo caracterizados como parque ecológico e recinto de exposição, é perguntado na enquete sobre a criação de um novo parque urbano, em Ourinhos, a maioria demonstrou interesse e seria usuário frequente ou ocasional do local, havendo apenas 9% dos entrevistados que se mostraram contra, ou indiferente sobre o equipamento.

Quanto as atividades que os entrevistados achavam que atrairiam usuários em Ourinhos, das 133 respostas válidas, o destaque foi para áreas verdes ou de parque, shopping center, centro de atividades múltiplas e esportes, como pode ser visto no quadro à seguir:

Quadro 2 – Atividades de Lazer que atrairiam usuários em Ourinhos – Respostas obtidas na enquete com moradores da região

Áreas de lazer verde / Parques e Praças	35
Shopping	20
Centro de atividades multiplas	17
Esportes	12
Entreterimento noturno	8
Aulas de dança/ de graça ou ao ar livre	7
Cinema	7
Restaurantes / Mais opções de alimentação	7
Camping/Esportes radicais	6
Piscinas Públicas	4
Centro de leitura	4
Zoologico	2
Kart	1
Teatro	1
Melhoria das praças	1
Tenis gratuito	1

Fonte: Elaboração do autor pelo Google Drive.

Mostra-se assim, primeiramente, que a criação de um parque urbano em Ourinhos, criando um espaço público livre, atrelado à atividades múltiplas, atingiria a maioria das intenções de atividade de lazer buscada pela população.

É tomado assim, como opção, a escolha de um vazio urbano em meio à malha, buscando sua requalificação com a inserção do parque urbano.

2.4 Vazios Urbanos

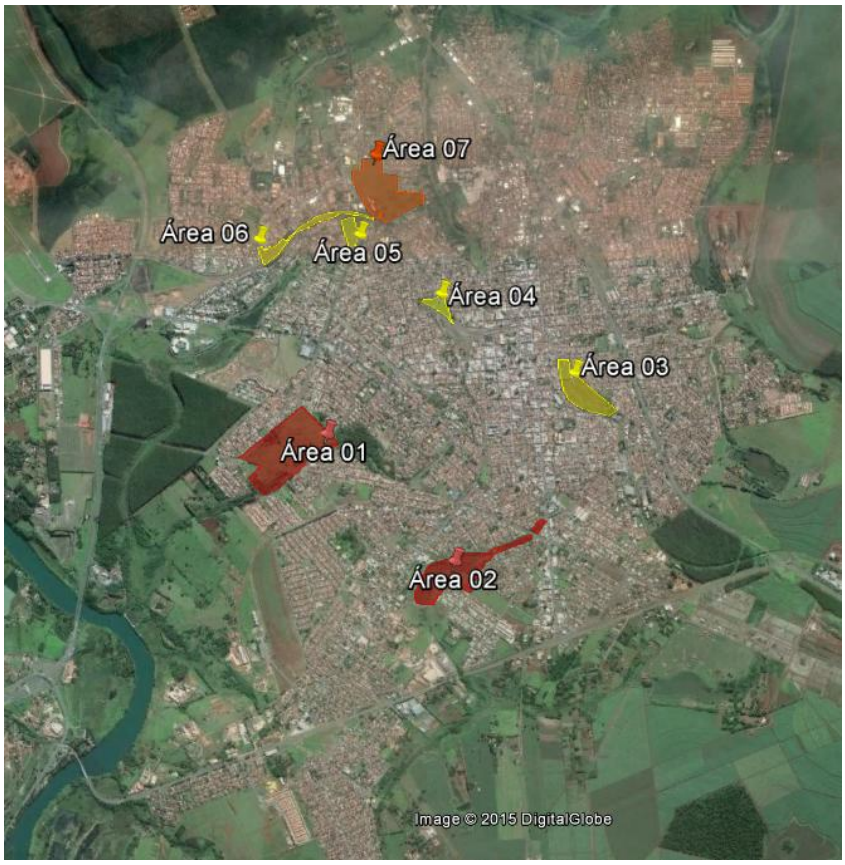
Produtos dos processos de urbanização, mas também da ausência de planejamento e de características específicas a cada um deles, os vazios urbanos são áreas da cidade que espacializam as contradições sociais e econômicas produzida por uma época de lógicas neoliberais: desvitalizações, desterritorializações, e, sobretudo deseconomias urbanas. Os vazios urbanos seriam, a princípio, áreas da cidade sem função, sem conteúdo social (BORDE, 2003).

Os "terrains vagues", lidam com o tempo, ou melhor, com os tempos da cidade contemporânea. São brechas no tecido urbano a anunciar um descompasso entre eles e os processos de urbanização que atuam como um todo(BORDE, 2003).

A cidade de Ourinhos, assim como boa parte das cidades contemporâneas, apresenta em sua malha urbana grande quantidade de terrenos desocupados. Seguindo as definições de DITTMAR (2006), que classifica os vazios urbanos como: vazios urbanos físicos, vazios urbanos de uso e vazios urbanos físicos e de uso, foi possível realizar levantamento de sete áreas que se enquadram nestas definições de vazio urbano.

Para o levantamento destas áreas, foram elencados os vazios de maior proporção na malha urbana e aqueles que se destacavam na vivência cotidiana do município, as quais estão mapeadas a seguir:

Figura 14: Mapa mostrando a localização de alguns vazios urbanos de Ourinhos.



Fonte: Google Earth, modificado pelo autor.

A cidade de Ourinhos apresenta então vazios urbanos físicos e vazios urbanos de uso. Porém, além desta classificação, foi possível realizar também o agrupamento de alguns vazios, que apresentam características semelhantes:

Áreas 01 e 02: vazios urbanos físicos que possuem topografia acidentada e presença de córregos.

Áreas 03, 04, 05 e 06: vazios urbanos de uso, causados pela proximidade com a linha férrea, que atualmente apresenta uso apenas para transporte de cargas.

Área 07: é uma antiga edificação cafeeira, com grande área de entorno. Hoje não apresenta mais uso.

Para a inserção de um parque urbano em um destes vazios levantados, foram estipulados critérios, os quais, em ordem de relevância, estão listados a seguir:

- Possuir grande dimensão para abrigar um parque urbano;
- Proximidade com área urbana consolidada;
- Proximidade com perfis socioeconômicos diversos, principalmente população de menor renda;
- Fácil acesso à população de toda a cidade e se possível à cidades da região.

Deste modo, chega-se no vazio urbano 01, representado no mapa acima. A área se configura como um dos maiores vazios urbanos de Ourinhos. Partindo das definições de Dittmar, este se enquadra como um vazio urbano físico, um espaço subutilizado, com elevada quantidades de glebas.A proximidade com o Parque Ecológico foi um dos fatores relevantes para a escolha da área de intervenção, deste modo, ao determinar que o parque será inserido em local próximo, será buscado promover conexão entre os dois espaços verdes.

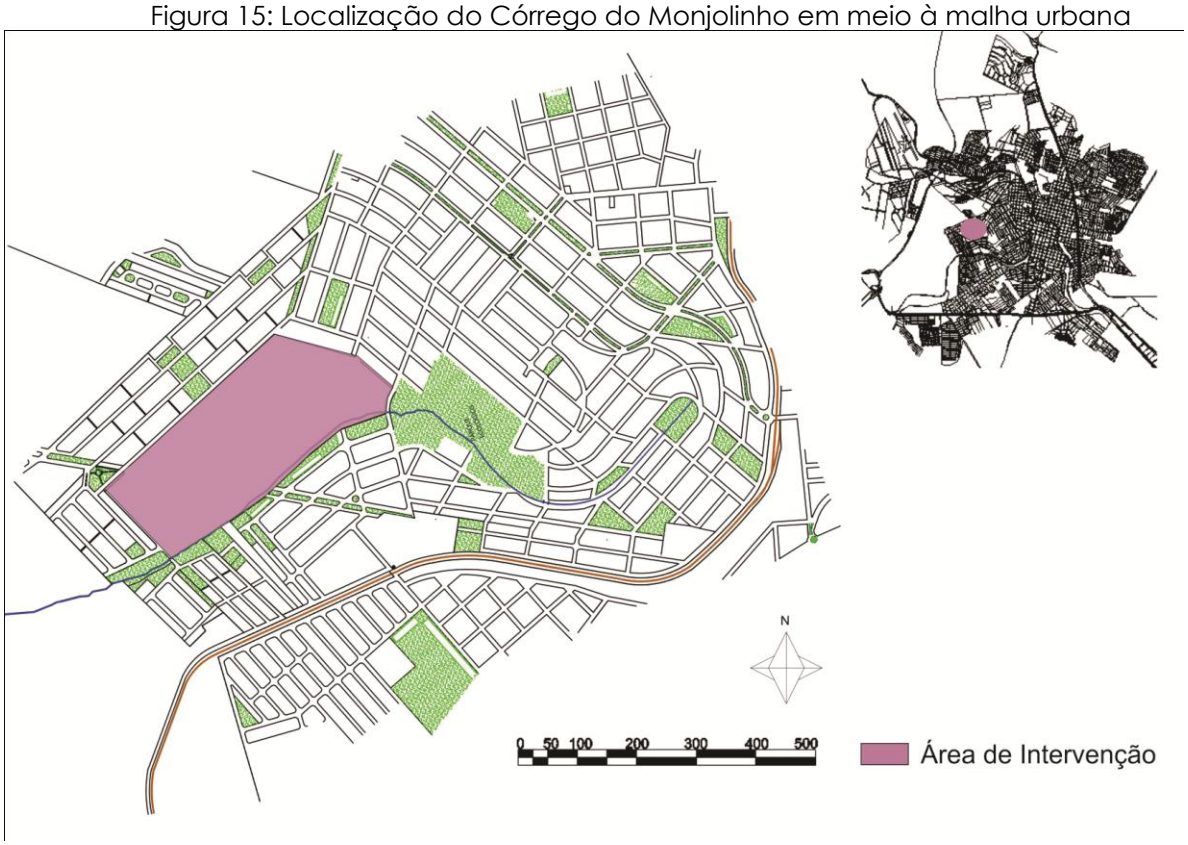
3 A área

A área de estudo abrange uma grande dimensão e para sua maior compreensão serão apresentados um pequeno histórico de sua formação como vazio urbano, a identificação dos bairros ao redor, e alguns dados da cidade relevantes para o entendimento do espaço.

3.1 Histórico e contextualização

A topografia do terreno é extremamente acidentada, e em sua extensão atravessa o Córrego do Monjolinho. Porém, possui localização valorizada na malha urbana, o que indica possível interesse que o proprietário tenha de especulação imobiliária no local. Essas características explicam a configuração do espaço, como um vazio urbano. O Córrego Monjolinho tem sua nascente em meio à malha urbana de Ourinhos e deságua no Rio Paranapanema, sendo um de seus afluentes.

Figura 15: Localização do Córrego do Monjolinho em meio à malha urbana



Fonte: Prefeitura Municipal de Ourinhos, edição do autor, 2015.

Como é possível notar na figura 15, o córrego que nasce em meio a malha urbana, tem na proximidade de sua nascente algumas quadras de ocupação, havendo casos onde a frente do lote é voltada para o córrego. Sua continuidade se dápelo Parque Ecológico Bióloga Tânia Mara Netto Silva, antes de sair da malha urbana, atravessa a área estudada neste trabalho.

Quando questionado sobre a configuração deste espaço, o Coordenador de Urbanismo da Prefeitura (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano) Gustavo F. M. Gomes, informou que a área é de propriedade privada, e para ela, havia sido proposto um projeto de loteamento considerando uma avenida sobre o Córrego que, portanto, seria canalizado em tubos, sob a avenida.

O projeto foi aprovado no final dos anos 70, em uma época em que o córrego era considerado problema em termos de urbanização, e as questões de ecologia não eram relevantes. Por sorte, ao longo do tempo essa obra, pelo custo alto, foi sendo adiada e afinal, mudou o código florestal e o córrego ficou aparente, havendo alguns trechos que foram canalizados, porém em todos há permeabilidade entra a parte de cima e o solo sob o concreto, e a área configurada como um vazio urbano.

Figura 16:Trecho do Córrego do Monjolinho que se encontra canalizado



Fonte: Autor, 2015.

Figura 17: Trecho do Córrego do Monjolinho que não se encontra canalizado



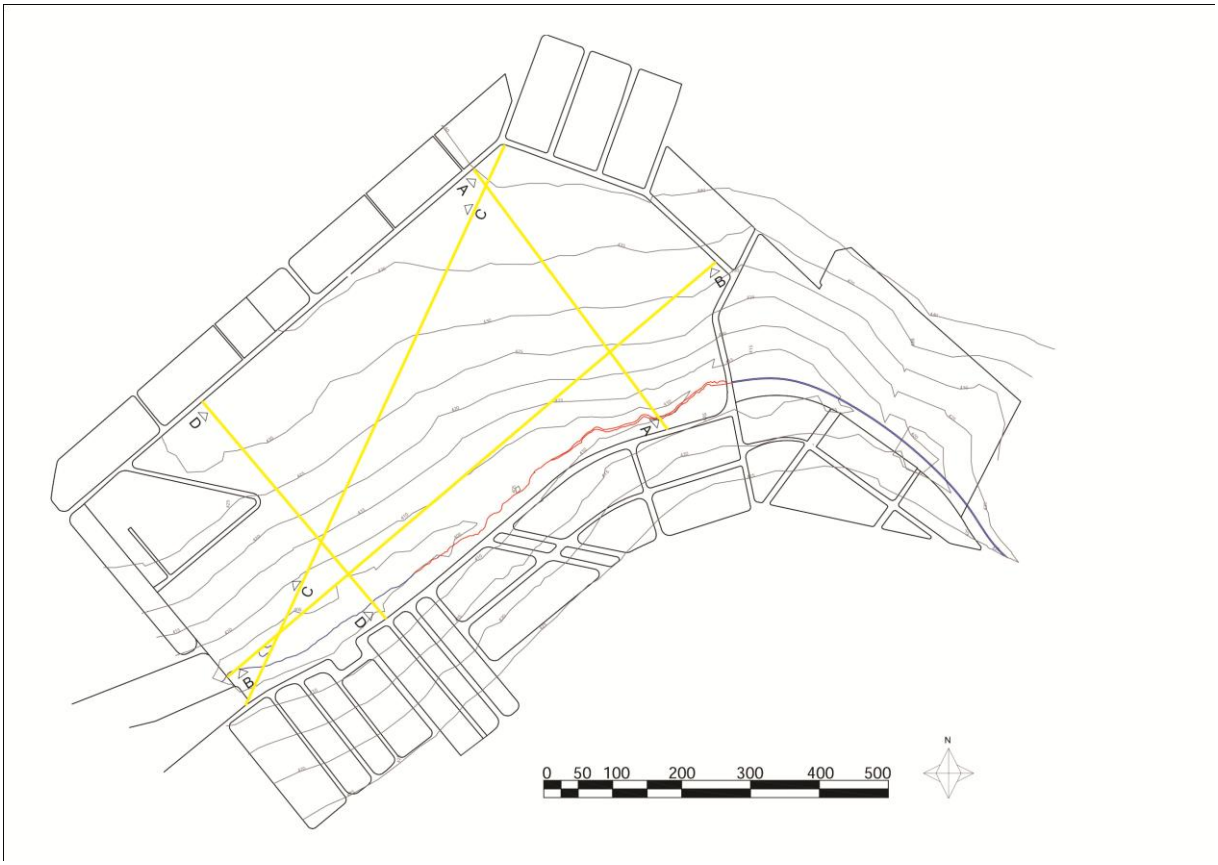
Fonte: Autor, 2015.

Buscando a delimitação da área pelas bases de cadastro oficial da Prefeitura, em novembro de 2014 foi obtida a seguinte configuração (Figura 18).

Desta forma, o vazio apresenta aproximadamente 302.000 m² e 35 metros de desnível, de sua extremidade superior em direção ao córrego, como é possível ver na figura a seguir (onde as curvas de nível estão representadas a cada 5 metros de desnível).

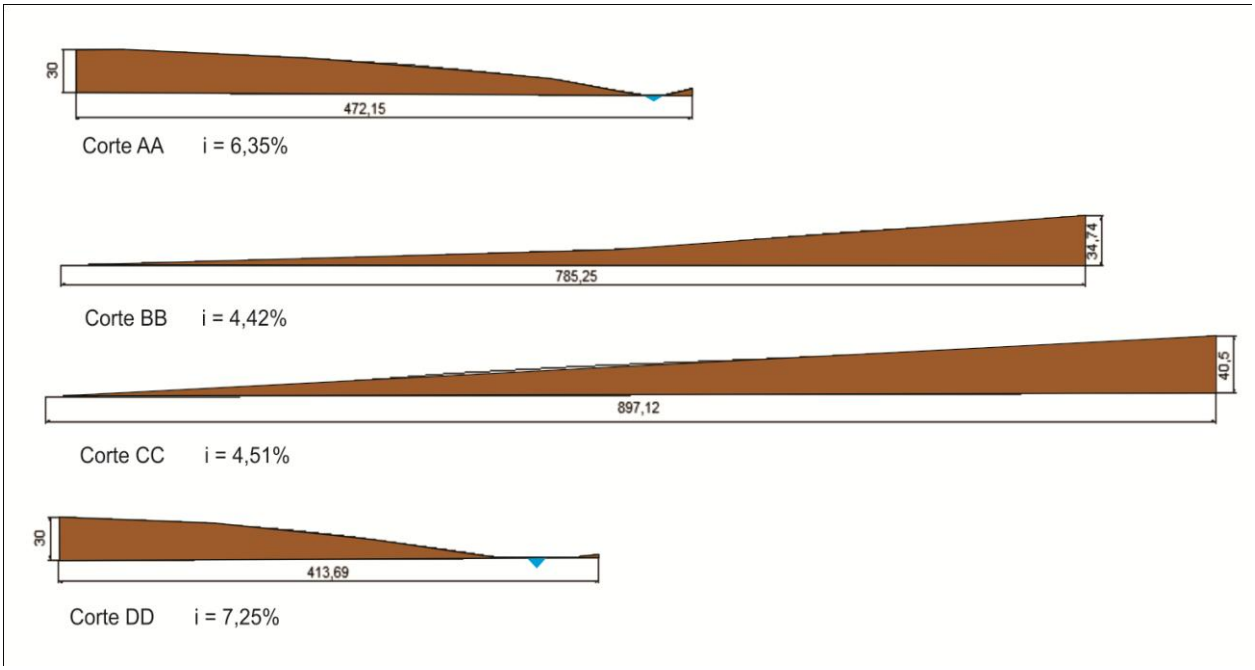
Foram traçados4cortes na área (Cortes AA, BB, CC e DD), buscando obter o perfil de inclinação do terreno. No trecho AA a inclinação obtida foi de 6,35%, no trecho BB 4,42%, no trecho CC 4,51% e no trecho DD 7,25% (Figura 19).

Figura 18: Delimitação da área pela Prefeitura – mapa com topografia e cortes indicados



Fonte: Mapa fornecido pela Prefeitura Municipal de Ourinhos, modificado pelo autor, 2015.

Figura 19: Cortes do terreno



Fonte: Autoria própria

3.2 O Entorno

O recorte da área (Figura 20) é constituído pelos bairros: Jardim Paulista (1954-1973), Jardim Ouro Verde (1945-1963), Jardim Primavera e Vila Soares (1964-1973), Jardim dos Bandeirantes e Conjunto Habitacional Padre Eduardo Murante – Cohab (1974-1983), Jardim Quebec, Jardim Santa Felicidade e Condomínio Residencial Villagio (1994-2005), além do Parque Ecológico.

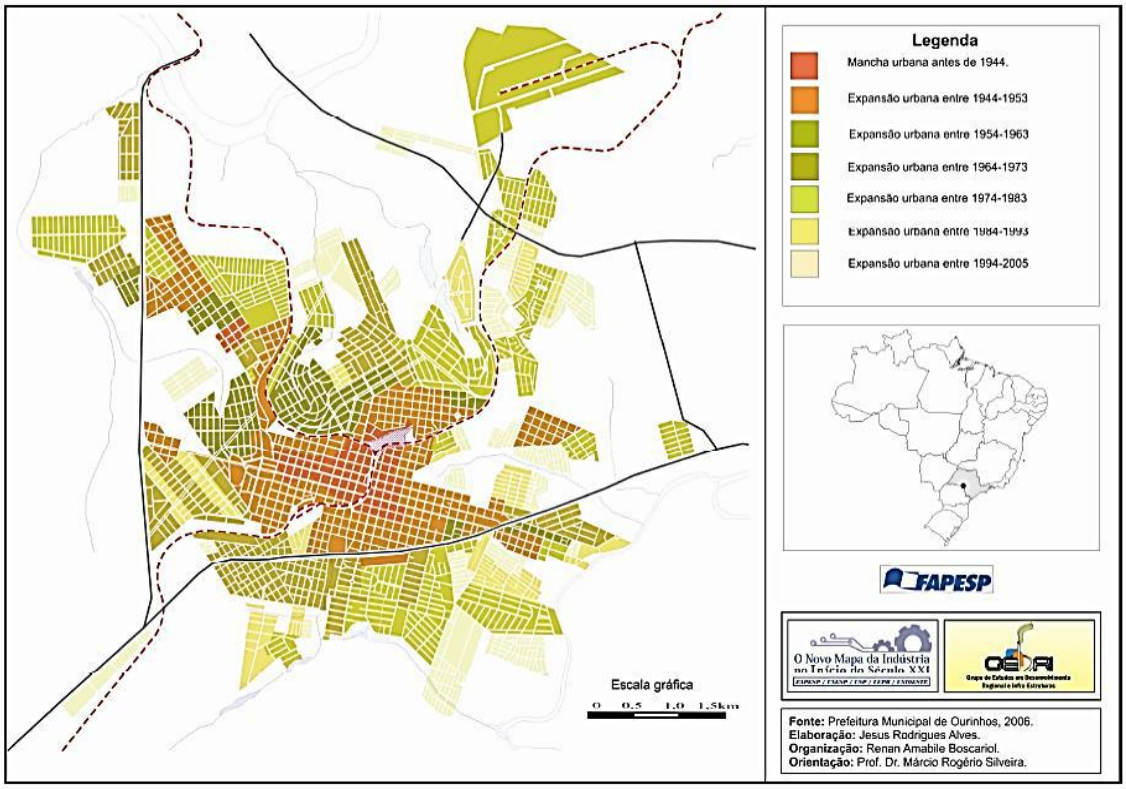
Os bairros possuem características singulares, havendo população de condições socioeconômicas diversificadas, como pode ser notado, sendo de maior comparação de um lado da área o loteamento fechado Residencial Villagio, e do outro conjunto habitacional de interesse social.

Figura 20: Divisão dos bairros



Fonte: Google Earth, modificado pelo autor, 2015.

Figura 21: Expansão urbana de Ourinhos



Fonte: SILVEIRA M.R.etal. Ourinhos-SP

A partir do mapa de expansão da malha urbana de Ourinhos (Figura 21), nota-se que a formação do núcleo central, até o inicio da década de 40, dá-se pela proximidade com a linha férrea, e a dependência que a população possuia com o meio de transporte.

Com o declíneo do transporte ferroviário e avanço do transporte rodoviário, no início dos anos 50, dando-se assim início ao processo de urbanização espraiada, em grande parte do país:

> "Parece haver íntima relação entre as vias regionais de transporte e de crescimento físico das cidades. As ferrovias provocam crescimento descontínuo e fortemente nucleado, em que o núcleo ou o polo se desenvolve junto as estações. As rodovias - especialmente as expressas - provocam um crescimento mais rarefeito e descontínuo e menos nucleado que as ferrovias. Isso se deve às diferenças de acessibilidade oferecidas pelos dois tipos de via. Na ferrovia, a acessibilidade só se concretiza nas estações; na rodovia, pode se concretizar em qualquer ponto." VILLAÇA, 2005 (p.70)

O processo ocorre também na cidade de Ourinhos, e os bairros do entorno, surgem a partir da década de 50. Com exceção do Jardim Paulista e Jardim Ouro verde, os bairros que possuem localização mais próxima da área de intervenção começam a se configurar a partir da segunda metade da década de 60.

Nota-se então, que tratamos de uma região de urbanização recente da cidade. E como já mencionado, houve intenção de lotear a área, buscando sua ocupação em um período anterior.

Conclui-se assim, que a área de estudo deste trabalho, compreendida como um vazio em meio a malha urbana, configura-se como objeto de especulação imobiliária, em compasso de espera de maior valorização, para que esta possa ser vendida, loteada, ou outra ação que dê maior lucro, para o proprietário.

Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, a área não com a função social da propriedade urbana, e a sua desapropriação para uso público, de modo a evitar que o proprietário seja o único beneficiado, dá-se como melhor solução para os moradores da cidade.

4 Análise Urbana

Partindo do entendimento da cidade como um organismo, como Panerai (2006) desenvolve, a cidade deve ser entendida não apenas pelos seus visuais e elementos da paisagem, mas também a partir da análise de mapas formadores do tecido urbano.

> "Essa compreensão da cidade relaciona as linhas de força do território geográfico com os grandes traçados que organizam a aglomeração. Identifica os pontos fixos (limites, barreiras) em torno dos quais se efetuam as transformações e interpreta as diferenças. Assim fazendo, aborda em maior ou menor grau a questão do tecido urbano, reunindo elementos que permitam sua análise" (PANERAI, 2006, p.77)

O tecido urbano é constituído pela superposição ou imbricação de três conjuntos: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações. A análise do tecido urbano então, é feita pela identificação de cada um desses conjuntos atrelado ao estudo das suas relações, as quais constituem um sistema bastante complexo, à imagem e semelhança da própria cidade em análise. (PANERAI, 2006).

4.1 Vias

O traçado das vias da cidade de Ourinhos (Figura 22) é basicamente homogêneo, regular e retilíneo, porém, como a linha férrea atravessa grande parte da malha urbana, algumas vias a tem como obstáculo e são interrompidas quando a encontra.

Recortando as vias do entorno da área de estudo, nota-se que essas possuem larguras padronizadas que variam de 7 a 10 metros, havendo destaque para uma via mais larga, onde atravessa o Córrego do Monjolinho.

Depreende-se também, que há apenas uma via de acesso que margeia e dá acesso para a área, e devida à sua grande extensão, existe um caminho (Figura 23), ainda em terra, e uma ponte em madeira (Figuras 24 e 25) que liga um lado ao outro da área, onde atravessa o córrego.

Figura 22: Figura fundo de vias



Fonte: Mapa fornecido pela Prefeitura Municipal de Ourinhos, modificado pelo autor, 2015.

Figura 23: Caminho do desejo que atravessa a área de intervenção

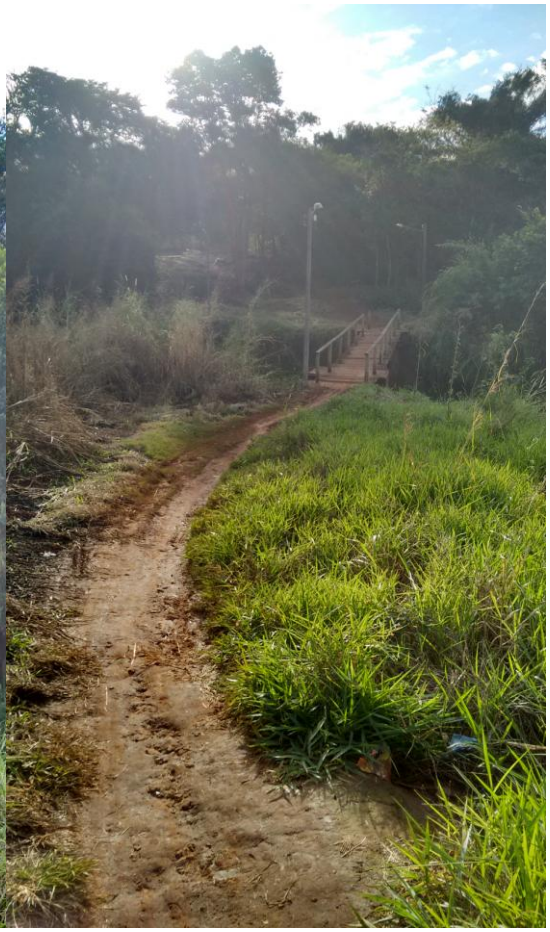


Fonte: Autor, 2015.

Figuras 24 e 25: Ponte que liga um lado à outro da área de intervenção



Fonte: Autor, 2015.



Fonte: Autor, 2015.

4.2 Quadras

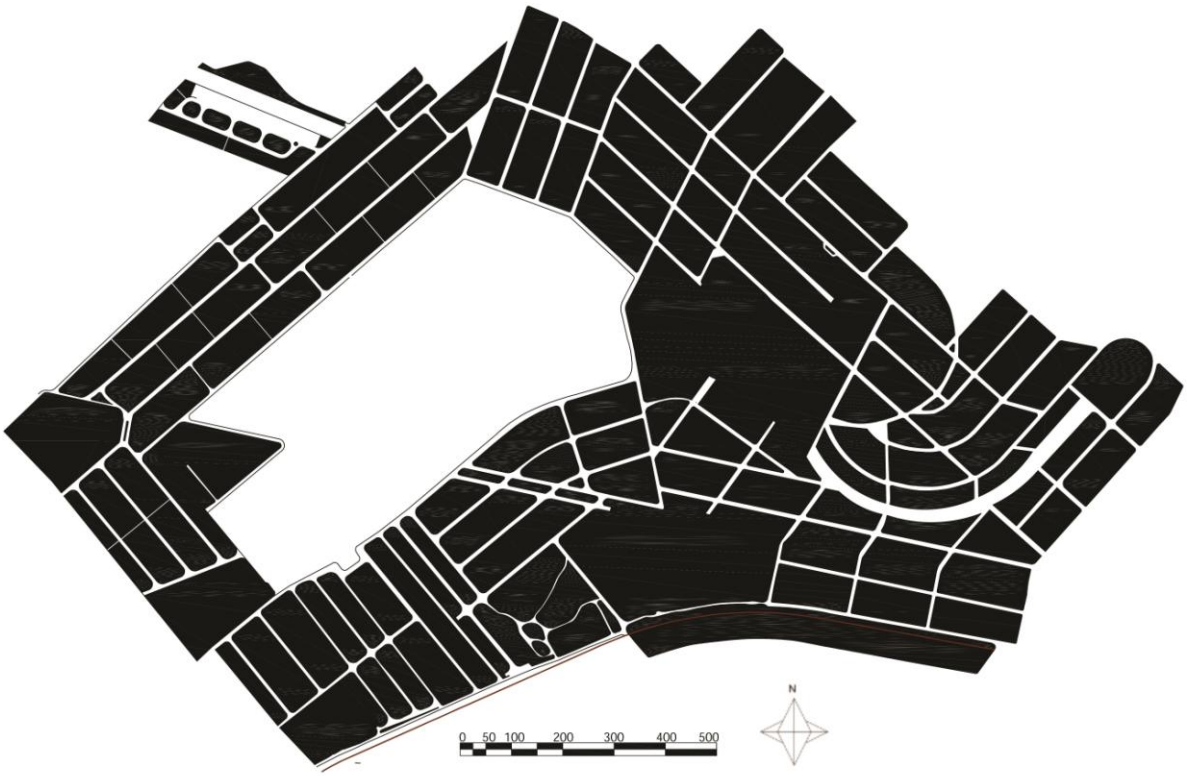
As quadras na malha urbana são as que delimitam os limites entre o que é público, do que é privado, onde se estabelecem os lotes com seus diversos usos. (PANERAI, 2006).

No recorte estudado da cidade (Figura 26) é possível notar que não existe regularidade entre as quadras, o que se justifica, levando em consideração que, a área possui diversos bairros e que tiveram sua formação em tempos diferentes.

A área de intervenção não é constituída por uma quadra, porém seus limites são definidos pelas quadras do entorno, configurando a área como o vazio restante no tecido urbano.Um limite claro com a área de intervenção é

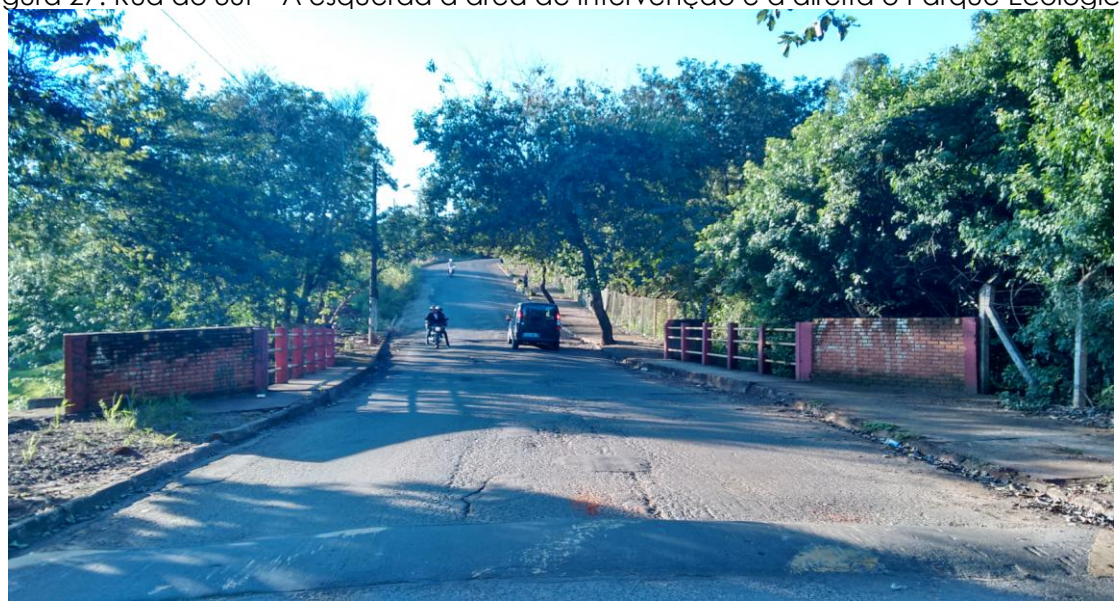
o Parque Ecológico, situado a direita, onde por cima do córrego do Monjolinho, atravessa a conhecida ponte do "36t" (Figura 27).

Figura 26: Figura fundo de quadras



Fonte: Mapa fornecido pela Prefeitura Municipal de Ourinhos, modificado pelo autor, 2015.

Figura 27: Rua do 36t – À esquerda a área de intervenção e à direita o Parque Ecológico



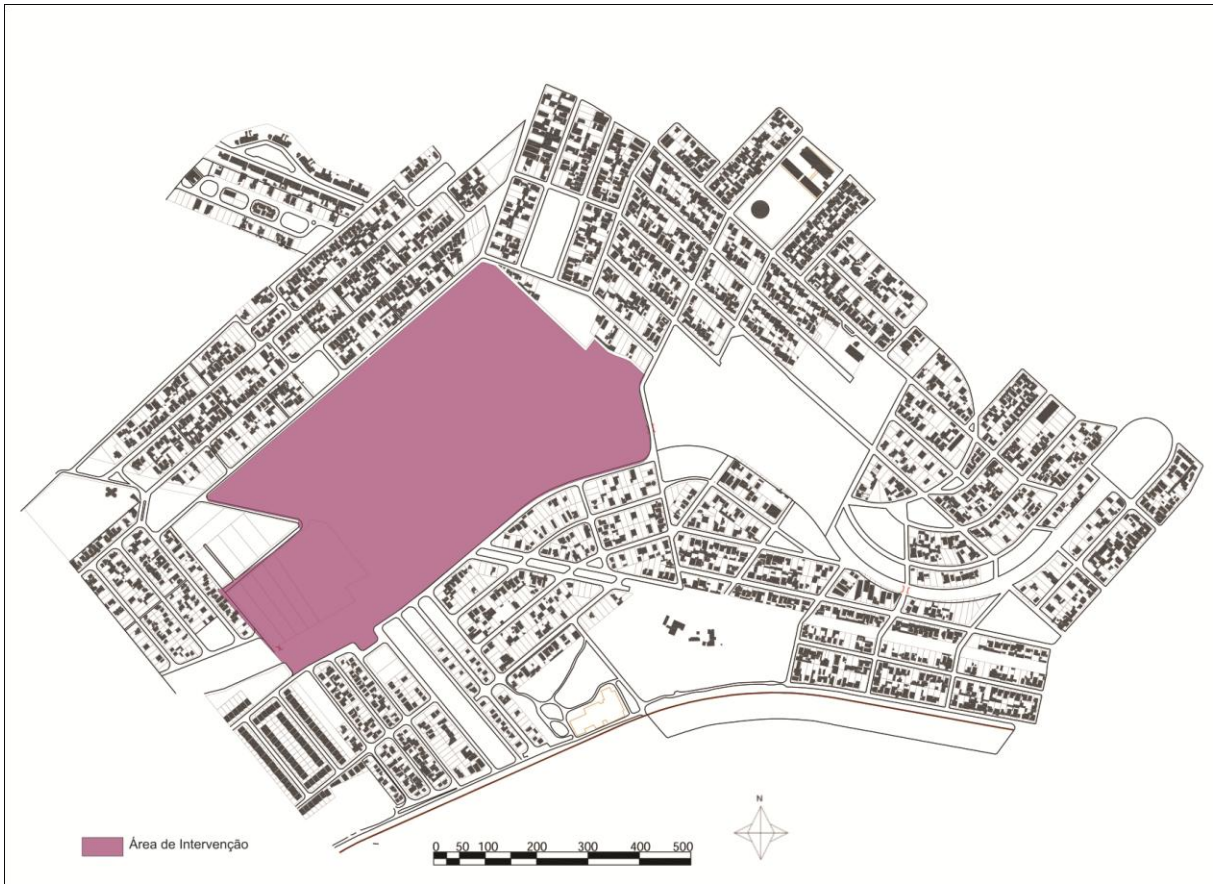
Fonte: Autor, 2015.

4.3 Lotes Ocupados

Na análise de figura fundo de edificações (Figura 28), é possível notar claramente que a área de estudo deste trabalho configura-se como um enorme vazio em meio à malha urbana, o qual DITTMAR (2006) classifica como vazio urbano físico, este é uma área ociosa, ou espaço subtilizado (em compasso de espera), caracterizado como elemento físico associado a elevada quantidade de terras.

> "Caracterizam-se muitas vezes por áreas reservadas pelos proprietários para a especulação imobiliária, onde o processo de produção e reprodução das parcelas da cidade não está sendo utilizadas." (ALVAREZ, 1994 apud DITTMAR, 2006).

Figura 28: Figura fundo de lotes ocupados



Fonte: Mapa fornecido pela Prefeitura Municipal de Ourinhos, modificado pelo autor, 2015.

A área que circunda o vazio, embora não seja onde se originou a ocupação da cidade, é bastante densa, havendo lotes ocupados na

maioria das quadras do entorno, e a morfologia das quadras é bastante diversificada, levando em consideração a composição por diversos bairros, em tempos diferentes.

4.4 Uso e Ocupação

O mapa de uso e ocupação (Figura 29) apresenta o modo como se estrutura a cidade no recorte da área. Conforme era previsto, a área que não está localizada na parte central da cidade, apresenta a maioria dos lotes de uso residencial.

Figura 29: Mapa de uso e ocupação



Fonte: Mapa fornecido pela Prefeitura Municipal de Ourinhos, modificado pelo autor, 2015.

No entorno, além da maioria das edificações, que são de caráter residencial, aparecem algumas comerciais voltados para atender as demandas dos bairros. Existem também duas escolas, uma de cursos de

idiomas e a ETEC Jacinto Ferreira de Sá – Centro Paula Souza (Figura 30), com cursos técnicos e ensino médio, o conhecido "Colégio Técnico" da cidade."

Figura 30: ETEC Jacinto Ferreira de Sá – Centro Paula Souza



Fonte: Centro Paula Souza, 2015.

No recorte também, existem duas áreas verdes significativas, além do Parque Ecológico, já apresentado anteriormente. A primeira área verde (Figura 31), pertence ao Jardim Paulista, configura-se como uma praça já consolidada, enquanto a segunda área verde (Figura 32), pertencente ao Jardim Soares, possui pouca infraestrutura, sendo caracterizada, com a existência apenas de um campinho de futebol.

Segundo a classificação de Kelly e Becker[1] (2000) se enquadram como espaços públicos de vizinhança:

> "Espaços públicos de vizinhança, são aqueles de pequeno porte e que atendem a um pequeno conjunto de quadras e lotes, servindo como unidade básica do sistema de espaços públicos e abrigando especialmente atividades relacionadas ao convívio e ao lazer cotidianos;" (KELLY E BECKER, 2000) ³.

[1] Retirado do site Urbanidades. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2007/06/espacos-publicos/>

Figura 31: Praça do Jardim Paulista



Fonte: Autor, 2015.

Figura 32: Área verde do Jardim Soares



Fonte: Autor, 2015.

4.5 Vegetação Urbana

A arborização urbana é definida como o conjunto de árvores que se desenvolvem em áreas públicas e privadas de uma cidade, visando o bem estar socioambiental, fisiológico e econômico da sociedade local (MASCARÓ, 2001).

Segundo Mascaró (2001), a vegetação urbana é aquela que promove a integração entre o espaço construído e o jardim ou o parque de modo a construir a paisagem da cidade. Esta vegetação é importante para a melhoria das condições de vida nas cidades, por isso necessita ser planejada de acordo com o espaço físico em que se enquadra e a presença de fiação elétrica, a tubulação de saneamento básico e as calçadas.

> "A presença da vegetação nos espaços urbanos melhora a ambiência do local, principalmente em climas tropicais como no Brasil. Assim, o modo como está presente na cidade molda a paisagem urbana, pois a textura, a cor, a folhagem fazem mudar o ambiente" (MASCARÓ, 2001).

Como possível ver na Figura 33, o recorte da área estudado é bastante arborizado. Se destaca na área o Parque Ecológico Bióloga Tânia Mara Netto Silva, é uma das principais reservas ambientais da cidade é, onde está sendo preservado o último trecho de mata atlântica nativa do município, com cerca de 122 mil m² de animais silvestres e plantas nativas.[2]

No terreno de intervenção, existem poucas árvores, havendo predominância de vegetação rasteira em sua extensão, como é possível notar nas Figura 34. Porém, na área próxima ao córrego do Monjolinho, tanto na área onde foi canalizada como na que não foi canalizada, ainda existe mata ciliar original (Figuras 35 e 36).

[2] Prefeitura Municipal de Ourinhos

Figura 33: Mapa de vegetação



Fonte: Mapa fornecido pela Prefeitura Municipal de Ourinhos, modificado pelo autor, 2015.

Figura 34: Vista do terreno



Fonte: Autor, 2015.

Figura 35: Mata ciliar nas proximidades do Córrego do Monjolinho



Fonte: Autor, 2015.

Figura 36: Mata ciliar nas proximidades do Córrego do Monjolinho



Fonte: Autor, 2015.

5 Discussão Teórica

5.1 Os Vazios Urbanos e a Função Social da Propriedade

O termo vazio urbano tem cada vez mais destaque nos debates das cidades contemporâneas. Marcadas pelas mudanças estruturais das malhas urbanas, a temática engloba outras definições, como o remanescente, área ociosa e residual urbano, porém, cada caso específico possui questões exclusivas a respeito do tema (DITTIMAR, 2006).

Partindo das definições de DITTMAR (2006), a área enquadra-se como vazio urbano físico, marcando a paisagem como elemento físico atrelado à grande quantidade de terras ociosas. Essas áreas remanescentes, quando não ocupadas sem controle permanecem abandonadas, subutilizadas ou desapercebidas em meio a malha urbana.

O debate sobre os vazios urbanos, no Brasil, surge na década de 70, quando um primeiro olhar sobre os processos de urbanização, atrelados com os interesses capitalistas, apontavam o crescimento das cidades em suas áreas periféricas, deixando terrenos vagos em áreas centrais, mantidos fora de mercado, aguardando valorização imobiliária (CARDOSO, 2008).

Neste contexto, onde a terra rural e urbana representa-se como status, símbolo do poder político, bem raiz e reserva de valor à terra como ativo de valor capaz de alavancar acumulação e lastrear processos econômicos, urbanos e da cidade e daí à terra associada ao capital financeiro, sincronizada com seus movimentos e lógicas (MELAZZO, 2013).

O mecanismo de valorização dessas áreas funcionava de modo em que, ao poder público instalar infraestruturas necessárias nas áreas mais afastadas, valorizava as terras vazias que haviam "sobrado", quando estas são vendidas (CARDOSO, 2008).

Na década de 70, na tentativa de combate à essa prática, surge o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, que faz uso de novos

instrumentos, como o IPTU progressivo sobre terrenos vazios. Porém, não havia interesse, do capital no controle sobre os processos especulativos,o que pode ser notado com maior ênfase, na década de 80, na produção de moradias, durante o período do BNH (CARDOSO, 2008).

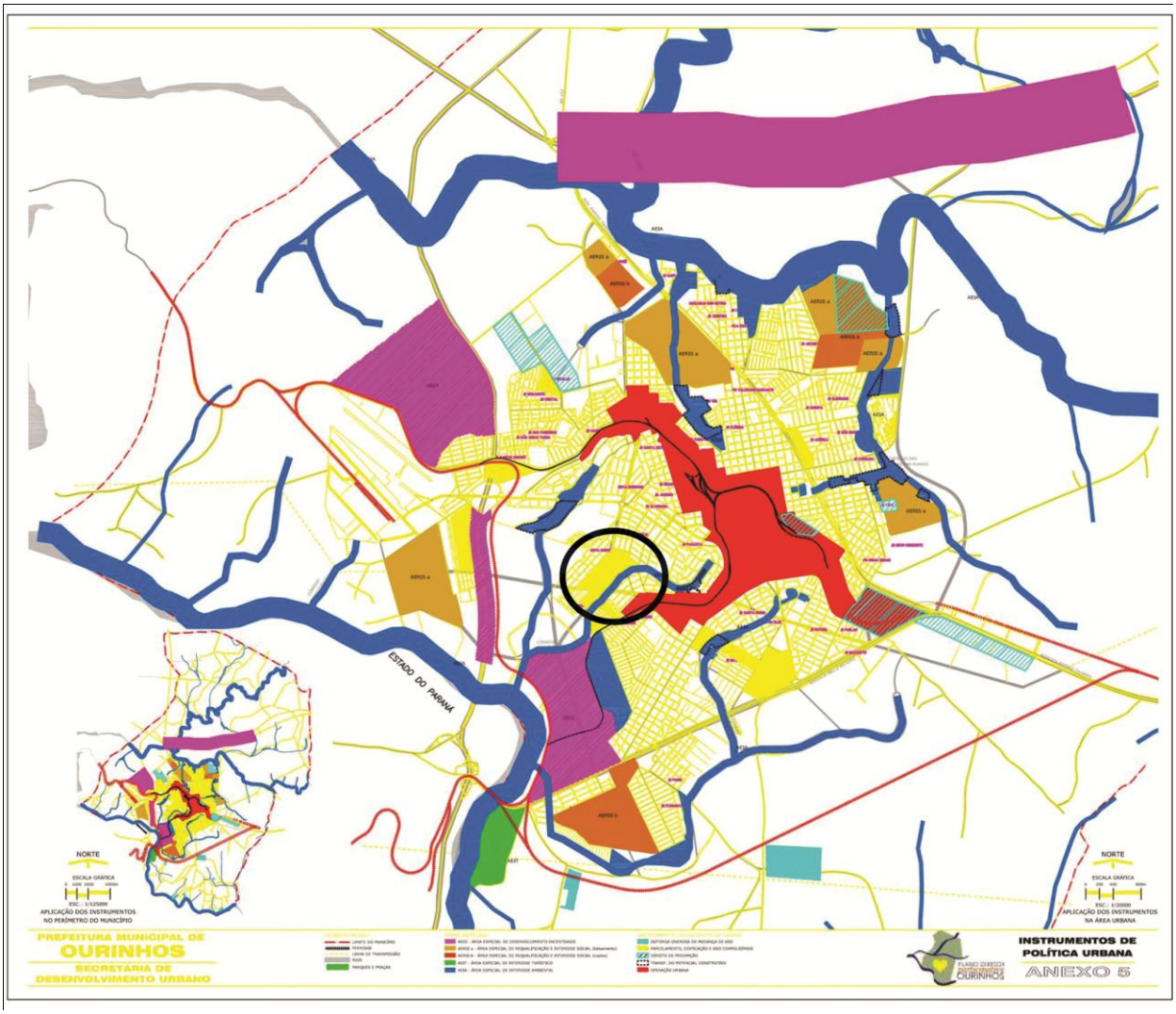
O debate a respeito da função social da propriedade, ganha força na Constituição de 1988 quando é incorporado o assunto nos artigos 182 e 183 e é ampliado em 2001 pelo Estatuo das Cidades, havendo um reconhecimento legal da condenação às práticas especulativas, que mantém à margem do desenvolvimento urbanos, as chamadas áreas de espera da valorização (CARDOSO, 2008).

Começa então uma nova perspectiva, onde não se bastava mais ocupar a terra vazia, mas sim buscar uma função social para esta área abandonada, através de moradias para população de baixa renda, ou serviços e equipamentos destinados a esta população, promovendo então o direito à moradia e às cidades sustentáveis (CARDOSO, 2008).

O Plano Municipal da Cidade de Ourinhos, disposto pela Lei Complementar Nº. 499[3] de 28 de dezembro de 2006 mapeia as áreas para aplicação de Instrumentos Urbanos. Como possível ver no mapa da figura 37, a área analisada neste trabalho, possui indicação de dois Instrumentos de Políticas Urbanas: a parte onde atravessa o Córrego do Monjolinho é uma Área Especial de Interesse Ambiental e o restante da área, por ser de propriedade privada e se encontrar ociosa, a lei de parcelamento, edificação e uso compulsório.

[3] Prefeitura Municipal de Ourinhos

Figura 37: Mapa de Instrumentos de Política Urbana



Fonte: Lei Complementar nº499 – Plano Diretor de Ourinhos, 2006

Partindo dos Artigos do Estatuto da Cidade (2001):

> Art. 5º Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.
> § 4º Os prazos a que se refere o *caput* não poderão ser inferiores a:
> I – um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto no órgão municipal competente;
> II – dois anos, a partir da aprovação do projeto para iniciar as obras do empreendimento; (Lei 10.257/2011).

> Art. 7º Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5º desta lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta lei, o município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos (Lei 10.257/2011).
>
> Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública (Lei 10.257/2011).

Levando em consideração que O Plano Diretor de Ourinhos foi elaborado em 2006, já se passaram mais de oito anos de sua implantação, sendo assim, a aplicação dos instrumentos não ocorreu de modo eficaz na área estudada, permanecendo à deriva da especulação imobiliária.

Da desapropriação, partindo da política urbana, obtém-se que o direito da propriedade pode ser tirado de seus titulares diante da necessidade ou da utilidade pública ou social, de modo que a propriedades passe a cumprir sua função social (BENZOS, 2002).

Os vazios urbanos atualmente são objetos dos instrumentos de planejamento municipal, servindo na maior parte dos casos como áreas de ocupação de interesse social, de modo a trazer as famílias de menor renda, que por conta das forças atuantes do mercado imobiliário acabam segregadas para as áreas periféricas, para moradias em áreas centrais. Porém, partindo da perspectiva de Cardoso:

> Há que se considerar ainda, nas propostas de ocupação de vazios, que muitos bairros já estão com níveis de densidade muito altos, o que dá aos vazios existentes um papel importante na manutenção de certa qualidade de vida local. Nesse sentido, estas áreas cumpririam muito melhor sua função social se fossem destinadas a espaços

> livres e áreas de uso público, do que utilizadas para moradia (CARDOSO, 2006, p.6,7).

Deste modo, levando em consideração a localização da área de intervenção, em meio à um recorte urbano da cidade que já possui grande adensamento residencial, e por se tratar de uma área de Proteção Permanente, devido a existência do córrego que a atravessa, possuindo grande parte de sua extensão que não pode ser edificada, a ocupação do local com um espaço livre de caráter público, que é uma opção sustentável e promoverá a melhoria na qualidade de vida urbana.

5.2 Áreas de Proteção Permanente

No processo de ocupação e desenho das cidades, os rios e córregos mostram se como elementos marcantes e representativos da inserção da natureza, funcionando como barreiras que dificultavam e determinavam o desenho urbano, na maior parte dos casos, sendo mascarados ou descaracterizados pelo homem (SANCHES, 2007).

Os problemas atuais que as cidades enfrentam, como as enchentes, assoreamento dos cursos hídricos e desequilíbrio climático estão atrelados à ocupação das cidades, caracterizada pela escolha de "virar as costas" aos cursos de água.

A primeira legislação no Brasil que cria áreas de proteção é a Lei nº 4771, de 1965, institui o Código Florestal, porém, a abrangência é voltada para às zonas rurais. Em 1979, a Lei nº 6766 dispõe pela primeira vez sobre as áreas de proteção permanente em meio a malha urbana, onde no Artigo 4º, inciso III define que deve haver uma faixa não identificada de 15 metros de cada lado ao longo dos cursos de água.

A legislação mais atual sobre o assunto é o novo Código Florestal, Lei 12.651 de 2012 que define nos seus Artigos 3º e 4º:

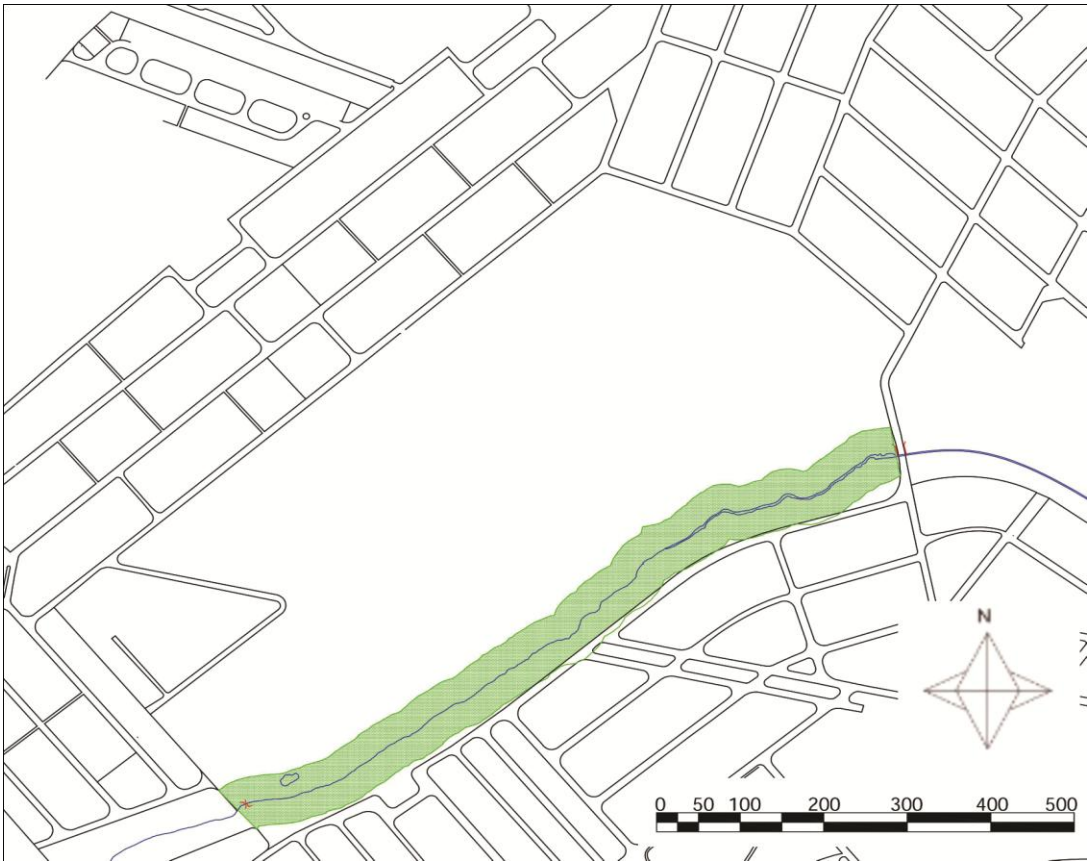
> Artigo 3º:Área de Proteção Permanente – APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. (Lei 12.651/2012)
>
> Artigo 4º:Considera-se Área de Proteção Permanente em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta lei:
> I – as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desse a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:
> a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
> b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10(dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
> c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
> d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
> e) 500(quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros (Lei 12.651/2012).

Entretanto, esta legislação, define como Área de Proteção Permanente, as faixas marginais de qualquer curso d'água que encontra-se em estado natural. Desta forma, não ficando claro a relação com os entornos dos córregos urbanos canalizados, se estes também se enquadram nas normas dispostas por esta lei (FRANCISCO, 2014).

Porém, considerando que os córregos encontrarem-se canalizados não faz com que deixem de atender as funções descriminadas pelas APPS, na realidade, a conservação destas áreas, viabiliza uma possível renaturalização do curso d'água (FRANCISCO, 2014).

Deste modo, considerando que, o curso d'água, mesmo possuindo trechos canalizados e trechos in natura, se enquadra nas leis de Área de Proteção Permanente para a implantação de projetos de utilidade pública, onde atravessam cursos d'água. Dos 302.000 m² totais da área de intervenção, a APP ocupa 52.620 m², o que corresponde a aproximadamente 20% da área total, como possível ver na Figura 38.

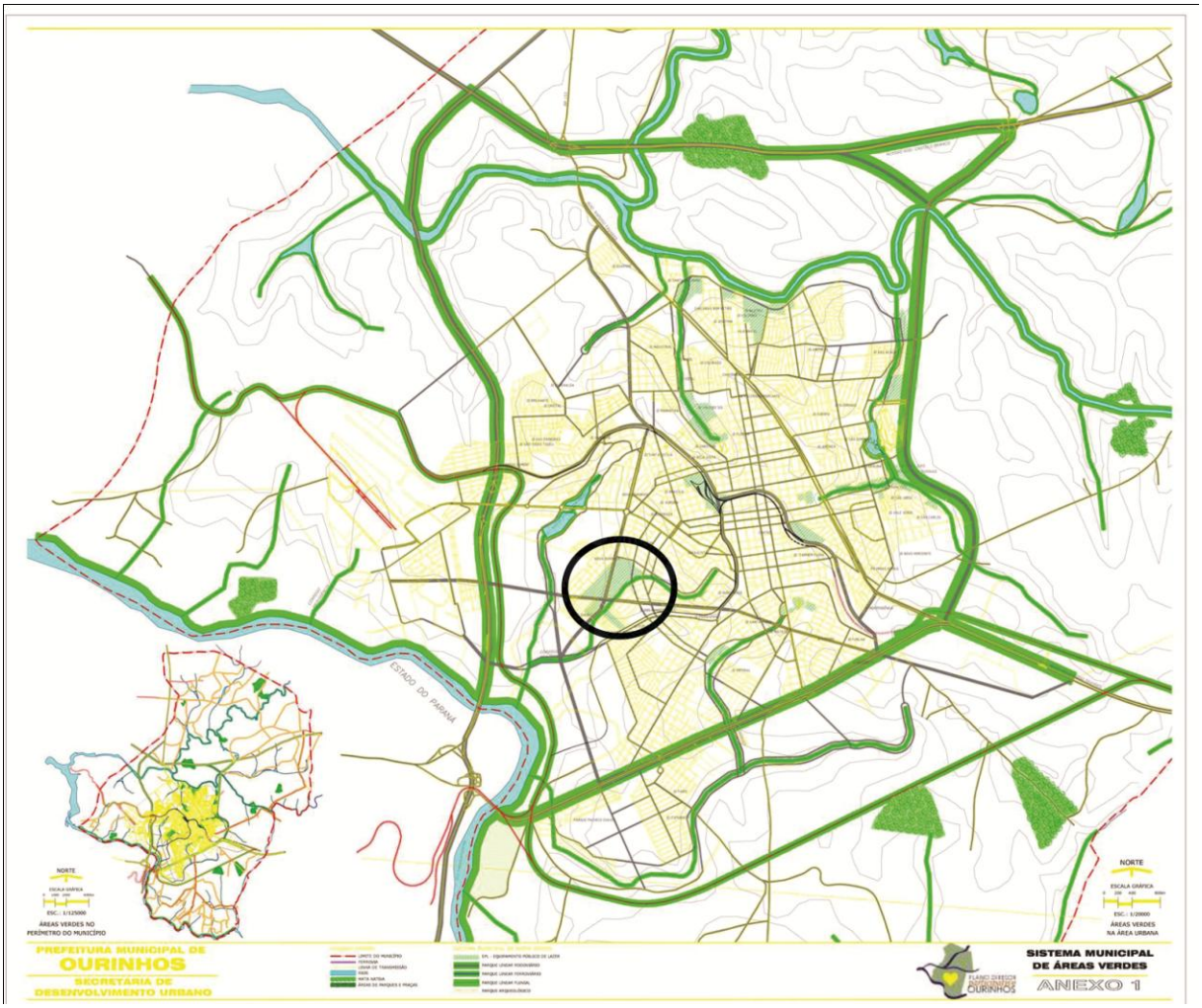
Figura 38: Demarcação da APP na área de intervenção



Fonte: Mapa fornecido pela Prefeitura Municipal de Ourinhos, modificado pelo autor, 2015.

Deve-se considerar também a legislação municipal incidente sobre as áreas de preservação permanente, a partir do Plano Municipal da Cidade de Ourinhos, disposto pela Lei Complementar Nº. 499 Anexo I (Sistema Municipal de Áreas Verdes) demonstra que toda a área de estudo desde trabalho, e não apenas a área demarcada como APP, estaria delimitada como futuro Equipamento Público de Lazer (Figura 39).

Figura 39: Sistema Municipal de Áreas Verdes



Fonte: Lei Complementar nº499 – Plano Diretor de Ourinhos, 2006

Tomando como base a resolução nº369 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, de 2006, que dispõe sobre as Áreas de Proteção Permanente e meios para a reinserção destas área ao meio urbano, e como discrimina o Artigo 2º dessa mesma resolução, permite a "implantação de área verde pública em área urbana", considerando como uma intervenção de utilidade pública.

Sobre a implantação de Área Verde de Domínio Público em Área Urbana, a mesma Resolução do CONAMA dispõe, no seu artigo 8º, inciso III:

> III - percentuais de impermeabilização e alteração para ajardinamento limitados a respectivamente 5% e 15% da área total da APP inserida na área verde de domínio público.
> § 1º Considera-se área verde de domínio público, para efeito desta Resolução, o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização.
> § 2º O projeto técnico que deverá ser objeto de aprovação pela autoridade ambiental competente, poderá incluir a implantação de equipamentos públicos, tais como:
> a) trilhas eco turísticas;
> b) ciclovias;
> c) pequenos parques de lazer, excluídos parques temáticos ou similares;
> d) acesso e travessia aos corpos de água;
> e) mirantes;
> f) equipamentos de segurança, lazer, cultura e esporte;
> g) bancos, sanitários, chuveiros e bebedouros públicos;
> h) rampas de lançamento de barcos e pequenos ancoradouros.
> § 3º O disposto no caput deste artigo não se aplica às áreas com vegetação nativa primária, ou secundária em estágio médio e avançado de regeneração.
> § 4º É garantido o acesso livre e gratuito da população à área verde de domínio público.

Segundo Holanda (2002), urbanidade se define como o valor que qualifica a vida urbana, através da interação entre os cidadãos nos espaços coletivos e as relações com os elementos naturais em meio urbano. Esta resolução então possibilita que as APP que não foram ocupadas ainda, possam se tornar espaços públicos de lazer e parques, promovendo a melhoria da urbanidade na área de intervenção.

5.3 Espaços Públicos na Cidade Contemporânea

Os espaços públicos são previstos como os lugares abertos e de acesso à todas as pessoas, nas cidades se manifesta de diversas formas, desde as ruas, calçadas, praças, até os grandes parques (PANERAI, 2006).

O espaço urbano tem grande importância na estruturação urbana, pelas relações que estabelece com o meio urbano e pelas atividades sociais que proporciona (DEL RIO, 1990, p.107).

Possuem papel importante na estruturação das cidades, levando em conta que as atividades cotidianas da população urbana ocorrem nestas

áreas que podem ser lazer, ou apenas para passagem. Os espaços públicos devem ser acessíveis para todos, possuindo acessibilidade física, visual e social.

> A função básica dos espaços livres é justamente possibilitar a circulação na cidade. Ou seja, em última análise, os espaços livres são elementos de aglutinação entre os diversos tipos de espaços edificados, permitindo assim também a apreensão, a compreensão e o uso da forma urbana. Os espaços cheios são percebidos a partir dos espaços vazios, numa relação dialética em que um constrói o outros. A cidade flui por seus espaços vazios (LANDIM, 2004).
>
> Possuem função social (à medida que proporcionam encontro e lazer e promovem a socialização dos indivíduos); função organizacional (organizam a infraestrutura da cidade e configuram o desenho urbano); função ecológica (estruturam áreas de proteção ao ambiente) e função cultural (já que fortalecem a identidade local) (BORTOLO, 2010).

Segundo Marcellino (1996), há dois aspectos fundamentais ao lazer: o tempo e a atitude. O lazer ligado ao aspecto tempo, é aquele desenvolvido no tempo liberado de quaisquer obrigações. O lazer considerado como atitude é proveniente da satisfação provocada pela atividade.

Os espaços públicos são responsáveis pela ventilação e aeração urbana, que permite uma melhor circulação de ar e facilita a dispersão dos poluentes, melhora a insolação de áreas adensadas, ajuda no controle da temperatura por meio da vegetação e melhora a drenagem das águas pluviais (Robba & Macedo, 2003, p.44).

Deste modo, os espaços públicos devem receber toda infraestrutura necessária, além de manutenção constante para que mantenham- se efetivos, em suas funções.

Por isso, para a efetivação do lazer é necessário, antes de tudo, que o tempo disponível corresponda um espaço disponível. No caso de Ourinhos, a ausência de espaços livres de lazer devidamente equipados justifica a concepção de novas áreas, ao considerar a importância dessas no desenvolvimento social e urbano, uma vez que:

> Os espaços públicos abertos de lazer trazem inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano, entre eles a possibilidade do acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas. Além disso, a vegetação que geralmente está presente nesses espaços favorece psicologicamente o bem-estar do homem, além de influenciar no microclima mediante a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes, além de incrementar a biodiversidade. (MASCARÓ; OLIVEIRA, 2007, p. 60.)

Segundo Kliass (1993): "parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predomínio dos elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação".

Deste modo, partindo dos conceitos acima e dos levantamentos a respeito dos espaços públicos, áreas verdes e atividades de lazer é possível notar que, a inserção de um novo parque urbano na cidade, que vise o uso cotidiano da população se dá como opção de grande relevância, ao se pensar em um espaço livre que pretende organizar a forma urbana e proporcionar o encontro.

Como já mostrado anteriormente, o vazio urbano atual, devido à sua grande dimensão, oferece medo aos moradores de seu entorno, e só aqueles que não tem outra opção atravessam a área, qualificar o espaço então, com a implantação de um Parque Municipal traria benefício à toda população, não só os moradores do entorno.

Embora a cidade apresente outros dois parques, o Parque Ecológico e o Parque Olavo Ferreira de Sá, ambos não se configuram como espaços de utilização cotidiana, portanto um novo parque que poderia abrigar uma grande diversidade de atividades, especialmente aquelas relacionadas ao lazer cotidiano se faz necessário no município de Ourinhos.

Pensando no parque, voltado para a escala da cidade, Kliass (1993) considera-os como de setoriais e metropolitanos são: grandes áreas equipadas para recreação (ativa e passiva) de toda a população municipal ou metropolitana. Destinam-se ao uso em finais de semana e em período de férias. Nestes parques de áreas superiores a 200.000 m² há predominância de cobertura vegetal. E embora Ourinhos não configure-se como uma região metropolitana, as cidades da sua microrregião possuem relação com sua infraestrutura, deste modo, a criação de um parque urbano, abrangeria também os moradores destas cidades.

6 Referências Projetuais

6.1Parque da Juventude - São Paulo

O parque da Juventude (Figura 40), localizado na cidade de São Paulo, está situado na parte desativada do antigo Complexo Penitenciário Carandiru, na Zona Norte de São Paulo.É um complexo cultural recreativo, projeto arquitetônico de Afalo & Gasperini Arquitetos e projeto paisagístico de Rosa Grena Kliass Arquitetura e Paisagismo ocupando 240 mil m².

Foi escolhido como referência projetual para este trabalho, por se tratar de um espaço que envolve três sistemas: o primeiro um parque esportivo, com quadras poliesportivas, pista de skate, trilhas de corrida; um parque central, voltado para a contemplação do verde, com trilhas e passarelas; e um parque institucional, de caráter cultural, onde localizam as escolas técnicas e a biblioteca.

Figura 40: Implantação geral do Parque da Juventude



Fonte: Vitruvius, 2014.

A primeira parte, do projeto, implantada em 2003, foi o Parque Esportivo (Figura 41), estruturado por uma alameda central, com diferenciação de pisos indicando a funcionalidade de cada acesso, vegetação e proteção para os pedestres que atravessam a área, enquanto são realizadas atividades esportivas no local.

Figura 41: Setor Esportivo



Fonte: Vitruvius, 2014

A segunda parte do projeto conhecida como Área Central (Figuras 42 e 43), implantada em 2004 é de caráter recreativo-contemplativo. Contém uma área com trilhas, passarelas, caminhos ajardinados e elementos que remetem a ideia tradicional de "parque", o local com área verde, configurado como respiro verde em meio à malha urbana.

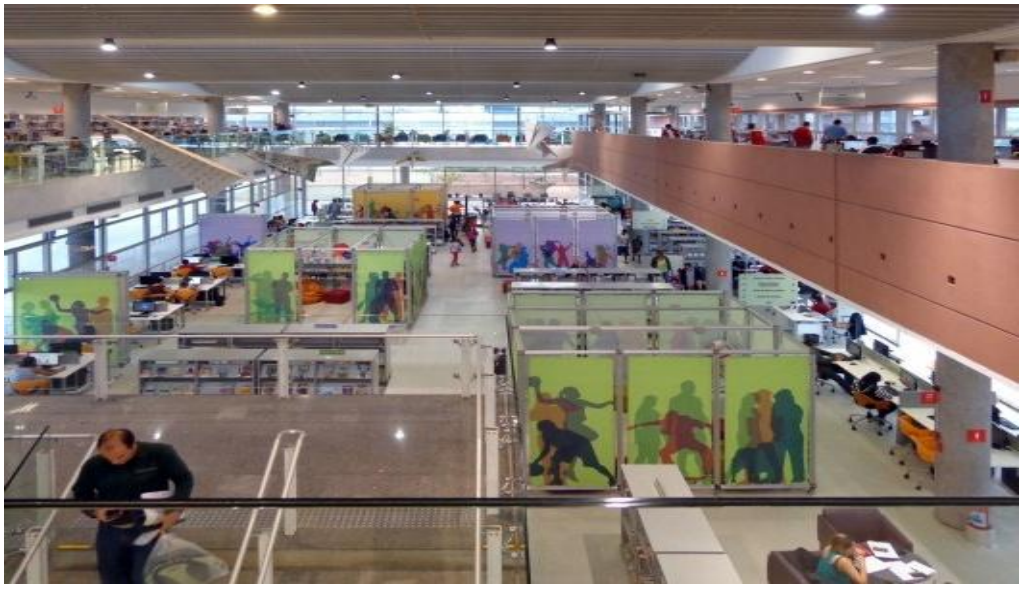
Figuras 42 e 43: Setor Contemplativo



Fonte: Vitruvius, 2014Fonte: Vitruvius, 2014

O terceiro setor do Parque, a área institucional, implantada em 2007, é formada pela Biblioteca de São Paulo (Figura 44), de responsabilidade da Secretaria da Cultura e pelas ETECS (Escolas Técnicas), que oferecem cursos de enfermagem, informática, música, canto, entre outros. Os prédios das ETECS são antigos pavilhões que foram preservados do antigo Complexo do Carandiru (Figura 45).

Figura 44: Prédio da Biblioteca de São Paulo



Fonte: Vitruvius, 2014

Figura 45:Pavilhões 4 e 7 após o retrofit, hoje abrigam as ETECS



Fonte: Vitruvius, 2014

Conclui-se assim, que o projeto criou um espaço público com qualidade, mantendo o siginificado simbólico que o Carandiru teve para área no passado, além de possuir projeto de paisagismo de qualidade o qual, a partir de detalhes como a diferenciação dos tipos de piso nos caminhos, espécies arbóreas e forrações apropriado para cada setor diferenciado do parque.

6.2 Parque Linear Tiquatira - São Paulo

O Parque Linear Eng^{0} Werner Eugênio Zulauf, conhecido como Tiquatira, em Cangaíba na Penha, Zona Leste de São Paulo, possui área aproximada de 320.000 m², inaugurado em 2007. Foi o primeiro parque linear implantado na cidade São Paulo, ao longo do Córrego Tiquatira, com extensão de mais de 3 Km (ÁREAS VERDES DAS CIDADES,2013).

Figura 46:Vista aérea do Parque Tiquatira



Fonte: Áreas Verdes das Cidades, 2013

Este parque foi escolhido como referencia projetual, por se tratar de uma área de fundo de vale, onde atravessa um córrego, assim como a área de estudo deste trabalho.O projeto de intervenção, propõe a requalificação da área e o córrego que embora já se encontrava canalizado permanece aberto (Figura 47).

Figura 47:Córrego Tiquatira



Fonte: Áreas Verdes das Cidades, 2013

O parque, disposto entre caminhos orgânicos e vegetação conta com a infraestrutura de: pista de cooper e caminhada, quiosques com mesas e bancos, sanitários, pista de skate, pista de bicicross, quadras, campo de futebol, áreas de convivência, anfiteatro aberto e bosques. Na área do parque funciona também um Clube Escola (SEME) e um CDC que cuida de um campo de futebol e uma cancha de bocha. Aos domingos das 10 às 16h há uma feira de artesanato no local (ÁREAS VERDES DAS CIDADES,2013).

Figura 48:Pista de Skate



Fonte: Áreas Verdes das Cidades, 2013

Figura 49:Áreas esportivas em meio à vegetação



Fonte: Áreas Verdes das Cidades, 2013

6.3 Parque Linear da Maternidade – Rio Branco - Acre

O Parque Linear da Maternidade, localizado em Rio Branco - Acre, configura-se hoje como um dos principais pontos turisticos da cidade e cartão postal. Inaugurado em 2002, o parque é um marco urbanistico na cidade, que remete às obras de internvenção de melhoria do espaço público.

Figuras 50 e 51: Parque da Maternidade



Fonte: Skyscrapercity, 2015

Implantado às margens do córrego da Maternidade, o qual atravessa boa parte da cidade, com aproximadamente 6 km de extensão. O projeto do parque, promoveu a revitalização do leito do córrego, que encontrava-se bastante poluído, por se tratar de um grande coletor de águas pluviais.

Na atual configuração, o córrrego encontra-se aberto e aparente em meio ao parque, com passarelas elevadas que criam percursos onde o córrego atravessa (Figuras 52 e 53), além de alguns trechos com acessos que permitam contato dos usuários com o curso de água (Figuras 54 e 55), criando um espaço público que oferece atividades em proximidade com a natureza.

Figuras 52 e 53: Passarelas elevadas sobre o Córrego da Maternidade



Fonte: Skyscrapercity, 2015

Figuras 54 e 55: Córrego da Maternidade, in natura, no Parque



Fonte: Skyscrapercity, 2015

Com programa diversificado, o parque abriga: ciclovias, calçamento para pedestre estruturado para a prática de caminhadas, playground, pista de skate, quadras de esporte, anfiteatro, biblioteca, centros culturais, museu, praças, restaurantes e lanchonetes (Figuras 56 e 57).

Figuras 56 e 57: Alguns equipamentos do parque



Fonte: Skyscrapercity, 2015

A característica marcante do parque é a facilidade de acesso que possui, por atravessar boa parte da cidade, além da proximidade com o terminal urbano de ônibus, gerando assim grande quantidade de usuários.

7 Diretrizes de Projeto

Partindo das análises realizadas e considerando as problemáticas da cidade, conclui-se que um projeto de intervenção, nesta área deve contemplar a implantação de um espaço, público e aberto, que com diferentes usos, atraia tanto a população moradora do entorno, quanto usuários de toda a cidade.

Assim, a implantação de um parque, que crie na região um espaço público aberto, área de lazer e descanso, torna-se o principal conceito para o projeto de intervenção da área de estudo deste trabalho.

Serão propostas diretrizes que atendam às problemáticas locais e necessidades da população, bem como à inserção da área na vivência cotidiana dos ourinhenses, deste modo, as principais são:

7.1 Síntese de leitura do entorno

- Relação com o Parque Ecológico

O Parque Ecológico Municipal situa-se a direita da área de intervenção. Esta proximidade serviu como um dos critérios para a escolha da área de estudo deste trabalho.

Porém, levando em consideração o funcionamento e os usos que o Parque Ecológico possui, este possui sua extensão gradeada, assim como a maioria dos hortos florestais em outras cidades.

Sendo assim, é buscada a conexão entre as duas áreas verdes, apenas no quesito visual, de modo que as espécies vegetais do horto configurem a paisagem do novo parque que será implantado, como objetos de contemplação, não havendo necessidade de mudança na organização e estrutura do Parque Ecológico.

Figura 58: Croqui - relação com o Parque Ecológico



Fonte: Autor

- Caminho do Desejo

Na área de intervenção há um caminho traçado, ainda em terra batida, que liga uma extremidade a outra do terreno. O caminho segue o alinhamento de uma avenida, e a intenção do caminho ter sido traçado desta maneira, provavelmente, era de promover sua continuidade.

Ao analisar o entorno, percebe-se que não há necessidade da expansão e continuidade da avenida, levando em consideração que após a área de intervenção, encontram-se poucas quadras urbanizadas e logo depois, uma reserva ambiental, não precisando assim, de mais uma via prioritária para veículos.

É proposto então, que o caminho do desejo seja repensado, e retraçado, em diálogo com os novos caminhos que serão propostos no Parque do Monjolinho.

Figura 59: Caminho do desejo que atravessa a área de intervenção



Fonte: Google Earth, 2015. Modificado pelo autor

- Córrego e a Mata Ciliar

Na área, principalmente nas margens, que se configuram como Área de Proteção Permanente do córrego do Monjolinho, há um remanescente de Mata Atlântica ciliar. Com a implantação do Parque, busca-se a conservação destas espécies, estabelecendo bosques que promovam contato dos usuários com a natureza.

A respeito do córrego, que encontra parte in natura, e parte já canalizado, opta-se por mantê-lo a céu aberto, de modo que possa viabilizar futura renaturalização do curso d´água.

7.2 Partido projetual

Partindo das definições e conceitos de Abbud (2006), é tomado como relevante para o desenvolvimento projetual deste trabalho, a seguinte classificação dos espaços nas áreas verdes:

Lugares: espaço agradável que permite e convida o encontro entre as pessoas, estimula a permanecer e a realização de alguma atividade relacionada com sua funcionalidade.

Não lugares: espaço que une dois lugares. Sinônimo de passagem, e relacionado a ligação e ao não permanecimento. Os não lugares estão atrelados à articulação dos momentos importantes do projeto.

Deste modo, para a realização do projeto do Parque do Monjolinho, serão pensados primeiramente os não lugares (caminhos), de modo a estruturar os eixos do parque, e os objetos encaixados no desenho do projeto, como atrativo destes caminhos.

Estes caminhos serão desenhados, levando em consideração as relações da área com o entorno, de modo configurando um espaço que esteja em diálogo com as pré existências do seu local de implantação.

A implantação dos equipamentos dos equipamentos estará relacionada à topografia da área, levando em consideração que esta é acidentada, de modo a realizar a menor quantidade de movimentações de terra, e aproveitar a topografia natural do terreno.

Ao analisar a metodologia projetual de Rosa Kliass para os espaços públicos, notou-se a utilização da setorização das atividades como solução para a implantação nas grandes áreas verdes, criando "parques dentro de parques".

A escolha pela setorização, está atrelada também ao aproveitamento de infraestrutura, das áreas em comum, como por exemplo, os vestiários para atividades esportivas.

Porém, ainda levando em consideração as condições topográficas do terreno de implantação, a setorização das atividades deverá seguir não apenas os caminhos estipulados no espaço, mas também as curvas topográficas.

7.3 Programa

O programa do Parque, buscando atrair os mais diversos perfis de usuários, é pensado de forma variada e abrangente, setorizando o parque em áreas distintas: área de proteção permanente, esportivo, cultural, infantil e de alimentação.

Figura 60: Croqui com as primeiras diretrizes projetuais



Fonte: Autor

- Área de Proteção Permanente:

A área mais próxima ao córrego, respeitando as leis dispostas pelo CONAMA, prevê 30 metros de cada lado, sem qualquer tipo de edificação.

Deste modo, é proposto para área, um espaço de contemplação, mantendo a vegetação existente, e criando nichos nas clareiras de menor densidade arbórea, configurando o espaço como um "bosque".

- Esportivo:

Buscando atrair a maior quantidade de usuários para o parque, é proposto para o parque espaços que abriguem: pista de skate, pista de bicicross, quadras de vôlei, quadras de tênis, quadras poliesportivas, campos

de futebol, bocha, bicicletários, além de equipamentos de suporte para a realização das atividades, como os vestiários e banheiros.

Partindo das dimensões estipuladas pelas confederações de cada atividade esportiva, obtêm-se o seguinte dimensionamento:

Quadro 3: Pré-dimensionamento de áreas esportivas

Programa	**Medidas**	**Área Unitária**	
Esportes			
Volei de Areia	16x8m	128	m²
Quadra Poliesportiva	16x27m	432	m²
Campo de Futebol	45x25m	1125	m²
Quadra de Tênis	36x18m	648	m²
Pista de Skate		2000	m²
Bicicletário - 10 bicicletas	8x4	32	m²
Pista de Bicicross		2000	m²
Banheiro - 3 sanitarios (1 acessível) + Chuveiro - Vestiário	5x4m	20	m²

Fonte: Autor

- Cultural

Será proposta no parque uma área voltada para atividades culturais, de modo a suprir as necessidades que a cidade ainda possui no setor, apesar da existência de um centro cultural.

Sendo assim, será feira uma edificação, com caráter se centro de atividades, que abrigue: salas para oficinas de artesanato e artes plásticas, sala de exposição de cinema gratuito, espaço para apresentações e exposições culturais e aulas de danças variadas.

Além disso, a cidade conta com duas grandes problemáticas no âmbito cultural. A Biblioteca Municipal de Ourinhos encontra-se em uma edificação alugada, e o grupo de teatro municipal não possui local

adequado para seus ensaios, deste modo, a edificação cultural, abrigará também espaços voltados para essas atividades.

- Alimentação

Serão propostos quiosques de alimentação, por toda a extensão do parque, servindo de suporte aos que frequentam o espaço.

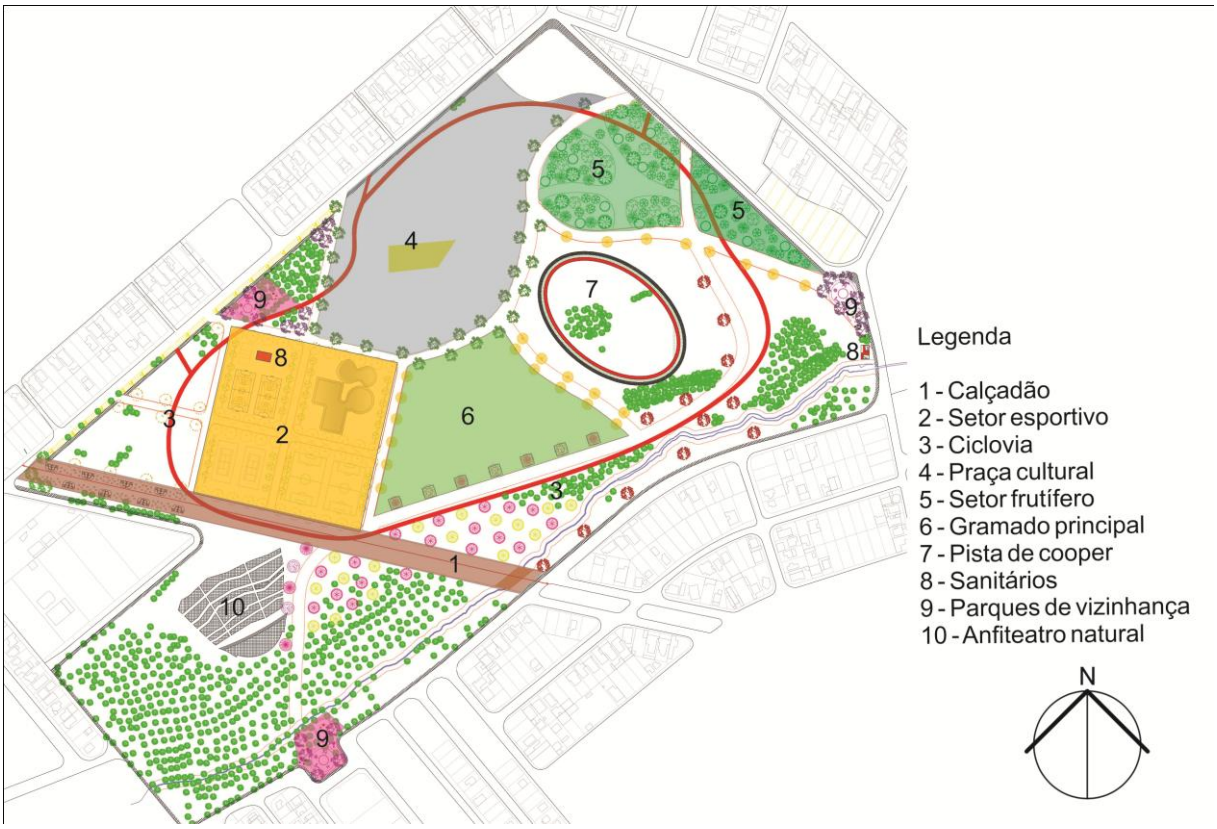
- Recreação cotidiana

Levando em consideração que o entorno da área de intervenção é composto principalmente por bairros residenciais, são pensados em equipamentos de recreação de caráter cotidiano, criando "parques de vizinhança", compostos por brinquedos de parquinhos infantis e equipamentos de ginástica, buscando a utilização concomitante do espaço por crianças e um supervisor.

8 Projeto

O projeto do Parque do Monjolinho busca a criação de um grande parque urbano significativo para a população da cidade e da região, além de promover a integração do atual vazio urbano com a cidade. São propostos equipamentos diversos, buscando atrair a maior quantidade de usuários.

Figura 61: Equipamentos propostos para o parque



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

ESTRUTURAÇÃO DO PARQUE

Primeiramente o parque foi delimitado setorizando as atividades por conta da grande extensão que a área de intervenção possui. Sendo estruturado inicialmente pelas duas pré existências do local, o córrego e a linha de força que a atravessa.

A área nas imediações do córrego foi o primeiro eixo a ser estruturado, por tratar-se de uma Área de Proteção Permanente. Parte do córrego encontrava-se canalizado, optou-se então pelo processo de descanalização, buscando a renaturalização deste, considerando que o mesmo possui um trecho que atravessa a área que já encontra-se descanalizado.

Esta área possui grande quantidade de vegetação nativa, deste modo, a área é mantida como espaço para contemplação e caminhadas ao longo do eixo do córrego. Em algumas clareiras ao longo deste percurso foram propostas árvores que promovem sombreamento, complementando o espaço para contemplação.

Figura 62: Vista para o córrego do Monjolinho, agora descanalizado



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Posteriormente, a linha de força que liga uma extremidade à outra do terreno foi estruturada como um grande calçadão, formando uma das entradas do parque. O eixo é estruturado com quiosques de alimentação, espaço deixado para o acontecimento de feiras já existentes da cidade, e a substituição da ponte no final do caminho, que encontrava-se em condições precárias.

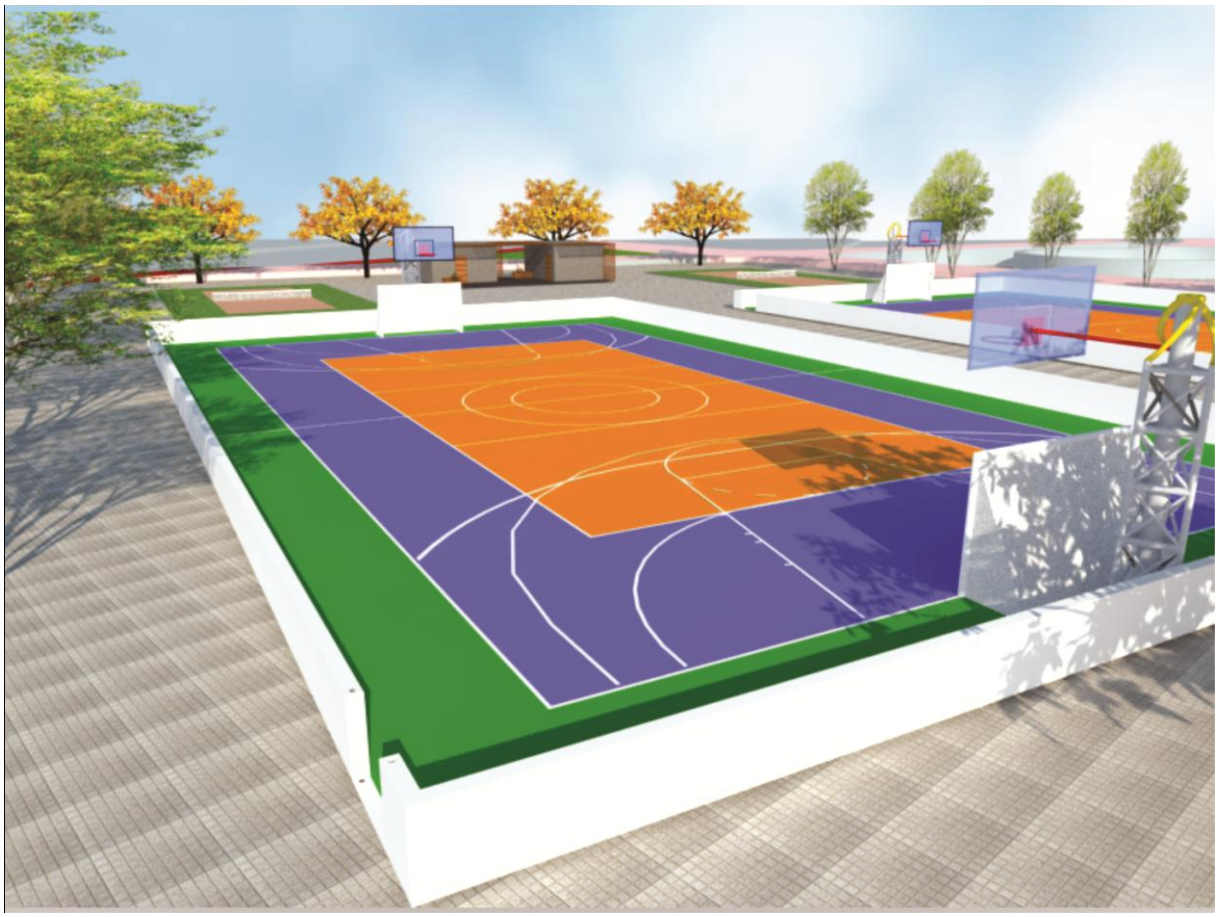
Figura 63: Vista do eixo principal do Parque, com quiosques de alimentação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

De modo que houvesse pouca modificação na topografia local, para a implantação do setor esportivo buscava-se um local mais plano. Sendo assim, estrutura-se a malha ortogonal, a partir do eixo do calçadão, composto por campos de futebol, as quadras poliesportiva, de vôlei, tênis e pistas de skate.

Figura 64: Vista do setor esportivo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

A partir da demanda de equipamentos culturais que a cidade possui demarca-se a área para implantação da Praça Cultural no parque, acima do setor esportivo. É proposta também um auditório natural, complementando o programa da praça cultural, porém, este encontra-se localizado abaixo do calçadão, onde a topografia acidentada e a grande quantidade de vegetação existente criam condições acústicas favoráveis.

São propostos três "parques de vizinhança" nas imediações das áreas com maior adensamento residencial, compostos por playgrounds e equipamentos para realização de atividades físicas, de modo que uma criança e um supervisor possam fazer utilização do mesmo espaço concomitantemente.

Figura 65: Vista de um dos parques de vizinhança



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Foram utilizadas espécies frutíferas, que servem de atrativo alimentício para os usuários, e formam massa vegetal adensada, criando uma barreira visual e sonora, para os moradores próximos à área onde foi implantada.

Uma ciclovia foi projetada, no entorno do parque, tendo seu trajeto atravessando todos os setores, de modo que o ciclista consiga acessar qualquer atividade do parque. Além disso, foi proposta uma pista de menor tamanho, com espaço para cooper e ciclismo, para aqueles que buscam realizar atividade física mais intensa e com maior velocidade.

Figura 66: Vista do eixo principal do Parque, com quiosques de alimentação e ciclovia



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

É proposto um gramado configurando um espaço de múltiplas atividades, com alguns quiosques de permanência, podendo ser utilizado para piqueniques, apresentações culturais, além do caráter de contemplação com vista para o córrego promovida pela topografia.

Há também a existência de duas bases de apoio com sanitários e bebedouro.

Figura 67: Vista de uma base de apoio disposta no parque



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

CAMINHOS E PAGINAÇÃO DE PISO

A linha do desejo do terreno, é tomada como o primeiro eixo norteador para o desenho dos caminhos do parque, a partir dele, foi traçada uma malha ortogonal, que estrutura o setor esportivo. No setor de contemplação, delimitando a área de proteção permanente, os caminhos orgânicos buscam acompanhar o desenho do córrego na área.

Levando em consideração a área, tratava-se de um vazio urbano com poucas pré existências e os moradores do entorno evitam atravessá-la, os outros caminhos do parque foram desenhados de forma orgânica, buscando suavidade, completando-se com os caminhos que foram estruturados promovendo acesso ao parque por moradores de todo o entorno, de forma facilitada.

Os estacionamentos foram propostos na via de maior fluxo que circunda a área, e na proximidade de equipamentos que promovem maior fluxo, como as quadras esportivas, a praça cultural e os quiosques de alimentação.

A ciclovia, desenhada também de forma orgânica tem seu trajeto atravessando todos os setores, de modo que o ciclista consiga acessar qualquer atividade do parque.

Figura 68: Caminhos do parque



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

A paginação do piso foi realizada seguindo as atividades propostas de cada espaço. Os percursos principais delimitadores do parque são feitos de solo cimento de coloração rosácea, buscando se destacar em meio a vegetação. O calçamento externo de todo o parque é em piso de paralelepípedo. No espaço delimitado para a praça cultural, e nos

caminhos secundários, piso de blocos inter travados. Nas áreas esportivas terá o piso drenante, por ser permeável. A ciclovia e os estacionamentos são confeccionados em concreto, a ciclovia com pigmentação vermelha e os estacionamentos com pigmentação amarela.

PAISAGISMO

A respeito da vegetação utilizada no Parque foram utilizadas forrações, gramados e árvores.

Os gramados escolhidos foram Grama batatais, que permite que os usuários pisem com mais frequência, para os espaços onde haverá fluxo de usuários, e Grama de São Carlos para os espaços onde há menor pisoteio.

As forrações buscam delimitar os canteiros do parque, marcando a paisagem com cores, foram utilizadas: Azulzinha, Lambari Roxo e Moréia Amarela.

As árvores foram escolhidas de modo a atender três funções: marcação e delimitação de setores, criar espaços de sombra e frutíferas. Para marcação, o Manacá e a Extremosa para os quiosques de alimentação e no calçadão, Chuva de Ouro e Ingá no setor esportivo, Cinamomo e Sibipiruna nos caminhos principais e o Jacarandá para os parques de vizinhança. Para promover espaços sombreados e de contemplação, foram utilizados Ipês com floração rosa e amarela e Flamboyants nas áreas próximas ao córrego.

As árvores frutíferas escolhidas para o parque foram: laranjeira, pitangueira, goiabeira, limoeiro, jabuticabeira e amoreira, dispostas no setor frutífero de parque de modo a oferecer variedade aos usuários ao longo de todo o ano.

IMPLANTAÇÃO GERAL

A implantação final do parque é apresentada da seguinte forma:

Figura 69: Proposta final de Implantação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

O detalhamento do projeto encontra-se nas pranchas em anexo.

9 Considerações Finais

A construção de um espaço público além fazer com que o espaço deixe de se configurar como um vazio urbano, é uma intervenção a qual faria com que os especuladores que mantiveram uma área de tamanha dimensão em compasso de espera não obtivessem lucro.

A área deixaria de se tornar uma mancha vazia na malha urbana e passaria a ser um espaço atraente e agradável não só a população do entorno, mas de toda a cidade.

Considera-se que o parque urbano, seria a intervenção mais adequada para a área, pois toda sua infraestrutura, como massas arbóreas no local, ciclovia, atividades esportivas, setor cultural e renaturalização do córrego estão atreladas ao emprego dos conceitos de urbanismo sustentável e a valorização da qualidade de vida urbana.

10 Referências

ABBUB, Benedito. **Criando Paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística.** São Paulo: Editora Senac São Paulo,2006

ÁREAS VERDES DAS CIDADES. **Parque Linear Tiquatira** Disponível em: <http://www.areasverdesdascidades.com.br/2013/07/parque-linear-tiquatira-eng-werner.html>. Acesso em: 05 de agosto de 2015

BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa. **Percorrendo os vazios urbanos**. In: Simpósio Perspectivas da forma urbanística do século XXI. Cadernos de resumos. Florianópolis, 2003.

BRASIL. **Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1966. Institui o Código Florestal.
BRASIL. **Lei nº 6.766**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução Conama nº 369**, de 28 de março de 2006, Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente- APP.

BOSCARIOL, Renan. **Formação socioespacial e expansão urbana do município de Ourinhos-SP**. Ourinhos, 2008

CARDOSO, Adauto Lucio. **Vazios urbanos e função social da propriedade.** Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_adauto.pdf>. 2006. Acesso em: 22 de julho de 2014.

CAVALHEIRO, F., DEL PICCHIA, P. C. D. **Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4, 1992, Vitória/ES. Anais...vol.I. Vitória: 1992.p.29-38

CENTRO PAULA SOUZA Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/etec/escolas/marilia/etec-ourinhos-jacinto-ferreira.asp>. Acesso em: 11 de julho de 2014.

CITY BRAZIL. Disponível em: <http://www.citybrazil.com.br/sp/ourinhos/index.php>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

DEL RIO, Vicente. **Introdução do desenho urbano no processo de planejamento.** 1.ed. São Paulo: Editora Pini, 1990. 198p

DIÁRIO DE OURINHOS. Disponível em: <http://www.diariodeourinhos.com.br/painel/imagens/img_noticias/campeonato-skate-1602-3.jpg>. Acesso em 23 de junho de 2015.

DITTMAR, Adriana Cristina Corsico. **Paisagem e morfologia de vazios urbanos: análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba – Paraná**. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/o/ourinhos.htm>. Acesso em 02 de junho de 2015.

FRANCISCO, Arlete Maria. **Repensando os espaços da cidade: Diretrizes Urbanísticas para Áreas de Preservação Permanente Urbanas Consolidadas.** Artigo publicado no III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de

Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, UFPA - Belém, 2014.

Formulários Google. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/>.

GOOGLE EARTH. **Mapas**. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>

HOJE SÃO PAULO. Disponível em: <http://hojesaopaulo.com.br/noticia/com-clima-ameno-ourinhos-oferece-momentos-agradaveis-aos-turistas/2413>. Acesso em 04 de julho de 2015.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=353470&search=sao-paulo|ourinhos|infograficos:-dados-gerais-do-municipio >. Acesso em: 28 de maio de 2015.

KLIASS, Rosa Grena. **Rosa Kliass: desenhando paisagens, moldando uma profissão** / Rosa Grena Kliass; texto de Ruth Verde Zein. – São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2006.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista** / Paula da Cruz Landim. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MASCARÓ, Juan José; OLIVEIRA, Lucimara Albieri de. **Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer.** Porto Alegre: Ambiente construído, v.7, n.2, 2007.

MASCARÓ, L.; MASCARÓ. J. L. **Vegetação Urbana**. 2. ed. Porto Alegre- RS: MasQuatro, 2005. v. 1.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer - uma introdução**. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

MELAZZO,Everaldo Santos. **Estratégias Fundiárias e Dinâmicas Imobiliárias do Capital Financeirizado no Brasil** em Revista Mercator, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 29-40, set. 2013. ISSN 1984-2201 © 2002, Universidade Federal do Ceará.

MEMÓRIAS OURINHENSES Disponível em: <http://ourinhos.blogspot.com.br/>. Acesso em 20 de junho de 2015.

MELLO, Sandra S. "Áreas de preservação permanente em margens de corpos d'água urbanos: princípios de intervenção e subsídios à construção do marco legal". In: Seminário nacional sobre o tratamento de áreas de preservação permanente em meio urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo, 67 p., 2007, São Paulo. Anais – textos completos. São Paulo: FAU-USP, 2007

PANERAI, Philippe. **Análise urbana** / Philippe Panerai; tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS **Guia da Cidade** Disponível em: <http://www.ourinhos.sp.gov.br/guia-cidade/>. Acesso em 14 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS **Histórico** Disponível em: <http://www.ourinhos.sp.gov.br/ourinhos/>. Acesso em 02 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS. **Lei Complementar 499**, 28 de Dezembro de 2006. Dispõe sobre o plano diretor do Município de Ourinhos e dá outras providências.

ROBBA, Fábio; MACEDO Silvio Soares. **Praças Brasileiras.** Edusp. Imprensa Oficial: São. Paulo, 2003

SKYSCRAPERCITY **Parque Linear da Maternidade** Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1687021>. Acesso em: 30 de julho de 2015

SILVEIRA, Márcio Rogerio(org.). **Ourinhos/SP: Formação e desenvolvimento de uma economia regional e demais estudo**s. 2010

URBANIDADES Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2007/06/espacos-publicos//>. Acesso em 19 de julho de 2015.

VITRUVIUS. **Parque da Juventude** Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/14.162/5213>. Acesso em 05 de agosto de 2015

11 Apêndices

APÊNDICE A – Enquete digital aplicada com moradores da cidade e da região



Questionário TFG

*Obrigatório

Onde você mora? *

- ◯ Ourinhos
- ◯ Cidade da Região

Acha suficiente as atividade de lazer na região? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

Frequenta algum clube? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

Faz uso do Horto Florestal? *

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconhecia a existência

Pratica algum esporte? Se sim, qual? *

Qual atividade de lazer você acha que atrairia usuários em Ourinhos? *

Se um parque fosse criado em Ourinhos.. *

- ◯ Seria um usuário frequente
- ◯ Faria uso ocasionalmente
- ◯ Não frequentaria
- ◯ Não faria diferença para mim

Fonte: Elaborado pelo autor – Formulários do Google - Google Drive

IMPLANTAÇÃO

ESC:1:2000

A área se configura como um dos maiores vazios urbanos de Ourinhos. A topografia do terreno é extremamente acidentada e em sua extensão atravessa o córrego do Monjolinho. Porém localização valorizada na malha urbana, o que indica possível interesse do proprietário de manter a área em compasso de espera para sua valorização e assim obter maior lucro.



O entorno próximo da área é formado por dez bairros diferentes, o que compõe grande fluxo de usuários que viriam a utilizar o Parque Monjolinho cotidianamente. É pensando então em espaços que abriguem atividades diversificadas para todas as faixas etárias, criando parques de menores escalas dentro do parque principal.

O caminho traçado existente ainda em terra batida, que liga uma extremidade a outra do terreno é uma das poucas pré existências da área. É proposto que este se mantenha, como um eixo de circulação e estruturação do parque, além de promover a utilização com apropriação de quiosques alimentícios e feiras

O parque foi delimitado setorizando as atividades por conta da grande extensão que a área de intervenção possui. Opta-se pela setorização de modo que os espaços propostos não causem grandes impactos na topografia natural.

A área nas imediações do córrego foi o primeiro eixo a ser estruturado, por tratar-se de uma Área de Proteção Permanente. Parte do córrego encontrava-se canalizado, optou-se então pelo processo de descanalização, buscando a renaturalização deste, considerando que o mesmo possui um trecho que atravessa a área que já encontra-se descanalizado. Esta área possui grande quantidade de vegetação nativa, deste modo, a área é mantida como espaço para contemplação e caminhadas ao longo do eixo do córrego. Em algumas clareiras ao longo deste percurso foram propostas árvores que promovem sombreamento, complementando o espaço para contemplação.

AUTOR: PEDRO HENRIQUE LOPES
ORIENTADORA: PROF.ª DR. ª ARLETE MARIA FRANCISCO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO - 2016

Paisagismo

ESC:1:2000

A paginação do piso foi realizada seguindo as atividades propostas de cada espaço. Os percursos principais delimitadores do parque são feitos de solo cimento de coloração rosácea, buscando se destacar em meio a vegetação. No espaço delimitado para a praça cultural, e nos caminhos secundários, piso de blocos inter travados. Nas áreas esportivas terá o piso drenante, por ser permeável. A ciclovia e os estacionamentos são confeccionados em concreto, a ciclovia com pigmentação vermelha.

Pisos
- Solocimento
- Concreto (Ciclovia)
- Piso intertravado
- Piso drenante
- Paralelepípedo
- Terra batida e pedrisco



Vegetação existente

Marcação
- Cinamomo
- Jacarandá
- Sibipiruna
- Ingá
- Manacá
- Extremosa

Sombreamento
- Chuva de Ouro
- Flamboyant
- Ipê rosa
- Ipê amarelo

Frutíferas
- Laranjeira
- Pitangueira
- Goiabeira
- Limoeiro
- Jabuticabeira
- Amoreira

Forrações
- Azulzinha
- Lambari Roxo
- Moréia Amarela

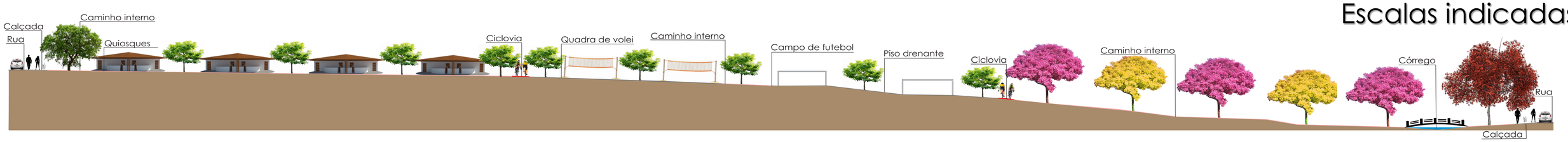
Gramados
- Grama Batatais
- Grama de São Carlos

A respeito da vegetação utilizada no Parque foram utilizadas forrações, gramados e árvores. Os gramados escolhidos foram Grama batatais, que permite que os usuários pisem com mais frequência, para os espaços onde haverá fluxo de usuários, e Grama de São Carlos para os espaços onde há menor pisoteio. As forrações foram utilizadas buscando delimitar os canteiros do parque, marcando a paisagem com cores

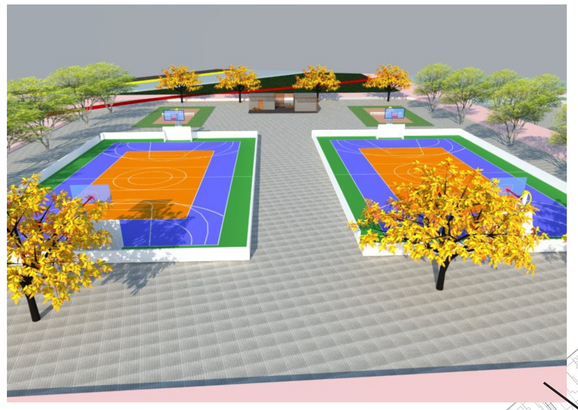
As árvores foram escolhidas de modo a atender três funções: marcação e delimitação de setores, criar espaços de sombra e frutíferas.

Equipamentos e Cortes

Escalas indicadas



Corte AA
Esc. 1:750



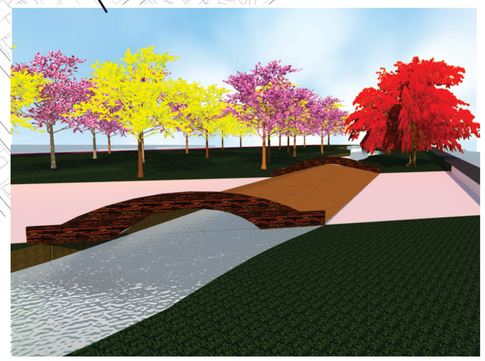












N

Equipamentos do Parque
Sem escala

Legenda

1- Calçadão principal

2- Setor esportivo

3- Ciclovia

4 - Praça cultural

5 - Setor frutífero

6 - Gramado principal

7 - Pista de cooper

8 - Sanitários

9 - Parques de vizinhança

10 - Auditório natural

A prancha apresenta detalhes e vistas dos principais equipamentos do Parque que buscam manter a mesma linguagem projetual nos diferentes espaços propostos ao longo de sua extensão.

unesp
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
ARQUITETURA E URBANISMO

PARQUE DO MONJOLINHO

AUTOR: PEDRO HENRIQUE LOPES
ORIENTADORA: PROF.ª DR. ª ARLETE MARIA FRANCISCO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO - 2016